



Centro Universitário de Brasília - UniCEUB

Faculdade de Ciências Jurídicas - FAJS

LUCAS DA MOTA STABILE
(LUA STABILE)

**A PROTEÇÃO INTERNACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS DE LGBTI'S A
PARTIR DA CRIMINALIZAÇÃO DA HOMOTRANSEXUALIDADE EM UGANDA**

BRASÍLIA

2016

LUCAS DA MOTA STABILE
(LUA STABILE)

**A PROTEÇÃO INTERNACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS DE LGBTI'S A
PARTIR DA CRIMINALIZAÇÃO DA HOMOTRANSEXUALIDADE EM UGANDA**

**Monografia apresentada como requisito para
conclusão do curso de bacharelado em Relações
Internacionais do Centro Universitário de Brasília
(UniCEUB)**

Orientadora: Prof. Raquel Boing Marinucci

BRASÍLIA
2016

LUCAS DA MOTA STABILE
(LUA STABILE)

**A PROTEÇÃO INTERNACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS DE LGBTI'S A
PARTIR DA CRIMINALIZAÇÃO DA HOMOTRANSEXUALIDADE EM UGANDA**

Monografia apresentada como requisito para
conclusão do curso de bacharelado em
Relações Internacionais do Centro
Universitário de Brasília (UniCEUB)

Brasília, ____ de _____ de 2016

Banca examinadora:

Professora Raquel Boing Marinucci

Orientadora

Professor(a) examinador(a)

Professor(a) examinador(a)

À Rihanna, mulher transexual de 22 anos e ativista ugandense LGBTI, que foi presa e violentada em 2014, sob o artigo 145 do Código Penal de Uganda, simplesmente por ser LGBTI.

AGRADECIMENTOS

Sendo uma travesti brasileira, finalizar um curso de graduação é realmente um privilégio, tendo em vista que a situação das mulheres transexuais e travestis no Brasil é de extrema marginalidade. Devido às violências sofridas constantemente, cerca de 90% dessa população se encontra em situação de prostituição, uma vez que a discriminação resulta em uma grande evasão escolar. Por isso, devo deixar aqui meus agradecimentos para algumas pessoas que sempre estiveram ao meu lado durante todo esse processo e que viabilizaram essa conquista.

Primeiramente gostaria de agradecer aos meus pais por terem aceditado no meu potencial e por sempre terem colocado minha educação em primeiro lugar, mesmo em momentos de extrema dificuldade.

Às minhas amigas Ana Cecília, Renata, Paula e Júlia que estiveram ao meu lado durante toda a graduação, sempre me auxiliando e me dando apoio. Aos meus amigos Arthur e Ulisses que sempre me deram suporte “técnico” e emocional em Brasília. À minha amiga Tayã, por sempre estar ao meu lado nos momentos mais difíceis e obscuros que tive que enfrentar ao longo desse último ano. Ao “Zé Marrero Vips” por se mostrarem amigos verdadeiros, dos quais posso confiar eternamente e ao meu cachorro Jimmy por me amar incondicionalmente.

Tenho que deixar, também, meus agradecimentos, em especial, a todas as pessoas da coletiva Corpolítica e do UNAIDS Brasil, que me ensinaram muito e fizeram me tornar a pessoa que sou hoje, sem vocês todas não estaria aqui.

A todas minhas professoras, que eu tenho certeza que lutaram muito para chegar aqui, especialmente à minha orientadora Raquel Marinucci, que mesmo passando por momentos difíceis, sempre conseguiu transmitir calma e conhecimento, demonstrando a importância desse trabalho como uma ferramenta de reflexão e de transformação social.

SUMÁRIO

RESUMO.....	VIII
ABSTRACT	IX
1 INTRODUÇÃO	9
2 ANÁLISE DE DISCURSOS SOBRE GÊNERO E SEXUALIDADE, A PARTIR DA TEORIA FOUCAULTIANA E QUEER.	14
2.1 O DISPOSITIVO DA SEXUALIDADE.....	15
2.2 A DICOTOMIA DOMÉSTICO X INTERNACIONAL.....	17
2.3 A DICOTOMIA PÚBLICO X PRIVADO:.....	20
2.4 IDENTIDADES MÓVEIS	23
2.5 A TEORIA QUEER	27
2.6 O GÊNERO COMO CATEGORIA DISCURSIVA:.....	29
2.7 A HETEROSSEXUALIDADE COMPULSÓRIA	30
2.8 REGULAÇÕES DE GÊNERO:	33
3 A REGULAÇÃO HISTÓRICA E ATUAL DO GÊNERO E DA SEXUALIDADE EM UGANDA.....	36
3.1 A ÁFRICA É UM CONTINENTE LGBTFÓBICO?.....	36
3.2 AS ORIGENS DAS LEIS QUE CRIMINALIZAM A SODOMIA NAS EX-COLÔNIAS BRITÂNICAS	40
3.3 A COLONIZAÇÃO DA SEXUALIDADE EM UGANDA	44
3.4 A PROPOSTA DA LEI “ANTI GAYS” E A NEOCOLONIZAÇÃO DA SEXUALIDADE EM UGANDA:.....	47
4 DESDOBRAMENTOS DA CRIMINALIZAÇÃO DA HOMOTRANSEXUALIDADE EM UGANDA E ESTRATÉGIAS PARA A PROTEÇÃO INTERNACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS DE LGBTI’S	53
4.1 CONSEQUÊNCIAS DA CRIMINALIZAÇÃO DA HOMOTRANSEXUALIDADE EM UGANDA	53
4.2 A LUTA PELA DESCRIMINALIZAÇÃO EM UGANDA E AS REDES TRANSNACIONAIS DE ATIVISMO LGBTI:	56
4.3 CINCO ESTRATÉGIAS QUE AS ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS DEVEM SEGUIR PARA QUE OS DIREITOS HUMANOS DAS PESSOAS LGBTI’S SEJAM GARANTIDOS:	61
5 CONCLUSÕES.....	67
REFÊRENCIAS.....	71

RESUMO

Essa pesquisa analisa a criminalização da homotranssexualidade em Uganda e a proteção internacional dos direitos humanos de LGBTI's. Partindo do princípio de que diversos discursos, produzidos pelos saberes hegemônicos, geraram uma regulação sobre o gênero e a sexualidade, nota-se a necessidade de destrinchar esses discursos, a partir das teorias desenvolvidas por Foucault e pela Teoria Queer, para que seja possível compreender as razões pelas quais os países criminalizam a homotranssexualidade, como é o caso de Uganda. Além disso, o entendimento sobre a dinâmica do cenário internacional, baseado em doméstico e internacional, será útil para esclarecer o motivo pelo qual as questões LGBTI's não estão na agenda internacional. Ademais, surgiu a importância de destacar o histórico da colonização e neocolonização de Uganda, como uma forma de demonstrar as origens das normas discriminatórias e LGBTIfóbicas, que estão baseadas na orientação sexual e identidade de gênero. Para tanto, percebeu-se ao longo desse trabalho, a relevância de se elaborar algumas estratégias para as organizações internacionais seguirem, como uma forma de tentar garantir, de fato, os direitos LGBTI's e fortalecer a luta contra a LGBTIfobia.

Palavras-Chave: Direitos Humanos, Pessoas LGBTI's, Teoria Queer, Uganda, Organizações Internacionais.

ABSTRACT

This research analyzes the criminalization of homotranssexuality in Uganda and the international protection of human rights of LGBTI's. Assuming that many discourses, produced by the hegemonic knowledge, generated a regulation on gender and sexuality, there is the need to disentangle these discourses, based on the theories developed by Foucault and the Queer Theory, in order to understand the reasons why countries criminalize homotranssexuality, such as Uganda. Moreover, the comprehension of the international scenario, which is based on domestic and international areas, will be useful to clarify why LGBTI's issues are not on the international agenda. In addition, the importance of highlighting the history of Uganda's colonization and neo-colonization emerged as a way to demonstrate the origins of discriminatory and LGBTIphobic laws, which are based on sexual orientation and gender identity. Therefore, it was realized during this survey, the relevance of drawing up some strategies for international organizations to follow, as a way to ensure LGBTI people's rights and strengthen the fight against LGBTIphobia.

Key words: Human Rights, LGBTI People, Queer Theory, Uganda, International Organizations.

1 INTRODUÇÃO

A partir do fortalecimento da proteção internacional da pessoa humana - principalmente com a criação da Organização das Nações Unidas em 1945 - após o término da Segunda Guerra Mundial, as violações de Direitos Humanos começaram a ser cada vez mais combatidas, através de organismos internacionais e regionais criados nos últimos anos. Entretanto, alguns desses mecanismos, ainda não têm a eficácia necessária na proteção de algumas minorias, uma vez que alguns direitos ainda estão sendo constantemente violados em muitos países, como é o caso dos direitos da população LGBTI (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e pessoas Intersex).

Segundo os Princípios sobre a aplicação da legislação internacional de direitos humanos em relação à orientação sexual e identidade de gênero, mais conhecidos como Princípios de Yogyakarta, alguns avanços que assegurem que as pessoas de todas as orientações sexuais e identidades de gênero possam viver com a mesma dignidade e respeito foram alcançados. Como por exemplo, muitos Estados aprovaram leis e constituições que garantem os direitos de igualdade e não discriminação.

Apesar disso, as pessoas LGBTI ainda sofrem violações por causa de sua orientação sexual e/ou identidade de gênero, real ou percebida. Segundo os Princípios de Yogyakarta:

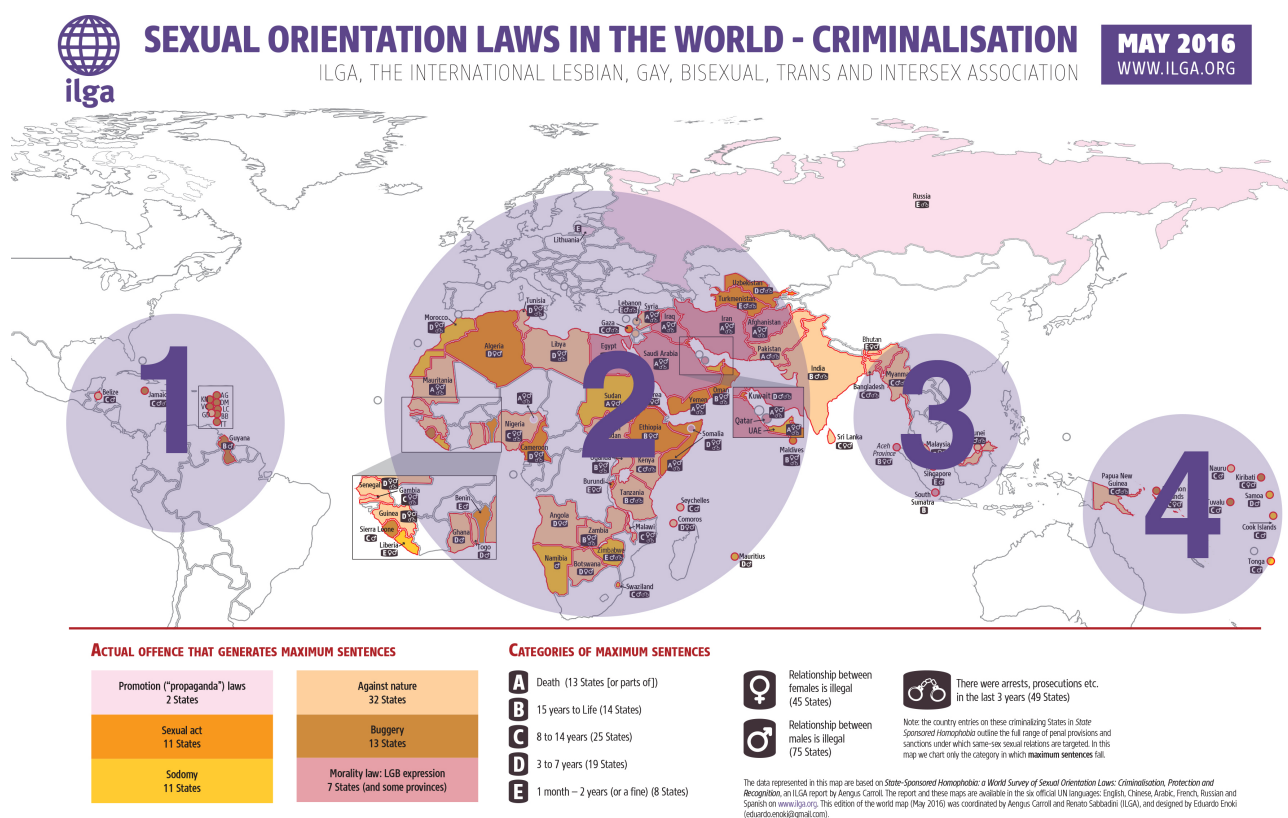
O rol dessas violações inclui execuções extrajudiciais, tortura, maus tratos, agressões sexuais e estupro, invasão de privacidade, detenção arbitrária, negação de oportunidades de emprego e educação e sérias discriminações em relação ao gozo de outros direitos humanos. Estas violações são com frequência agravadas por outras formas de violência, ódio, discriminação e exclusão, como aquelas baseadas na raça, idade, religião, deficiência ou status econômico, social ou de outro tipo. (PRINCÍPIOS DE YOGYAKARTA, 2007)

As normas de gênero e de orientação sexual são impostas às pessoas por meio de costumes, legislação e violência. Em muitos países essas violações são patrocinadas pelo próprio Estado, a partir da aplicação de leis específicas que criminalizam, por meio de privação de liberdade ou pena de morte, a homossexualidade e a transexualidade. Segundo o último relatório sobre Homofobia patrocinada pelos Estados, realizada pela Associação Internacional de LGBTI's, as relações entre pessoas do mesmo sexo são criminalizadas em setenta e três Estados (ILGA, 2016). Sendo que cinco desses países, por terem uma grande influência da religião islâmica em seus respectivos ordenamentos jurídicos, através da

“Sharia”, ainda penalizam a homossexualidade e transexualidade com pena de morte (ILGA, 2016).

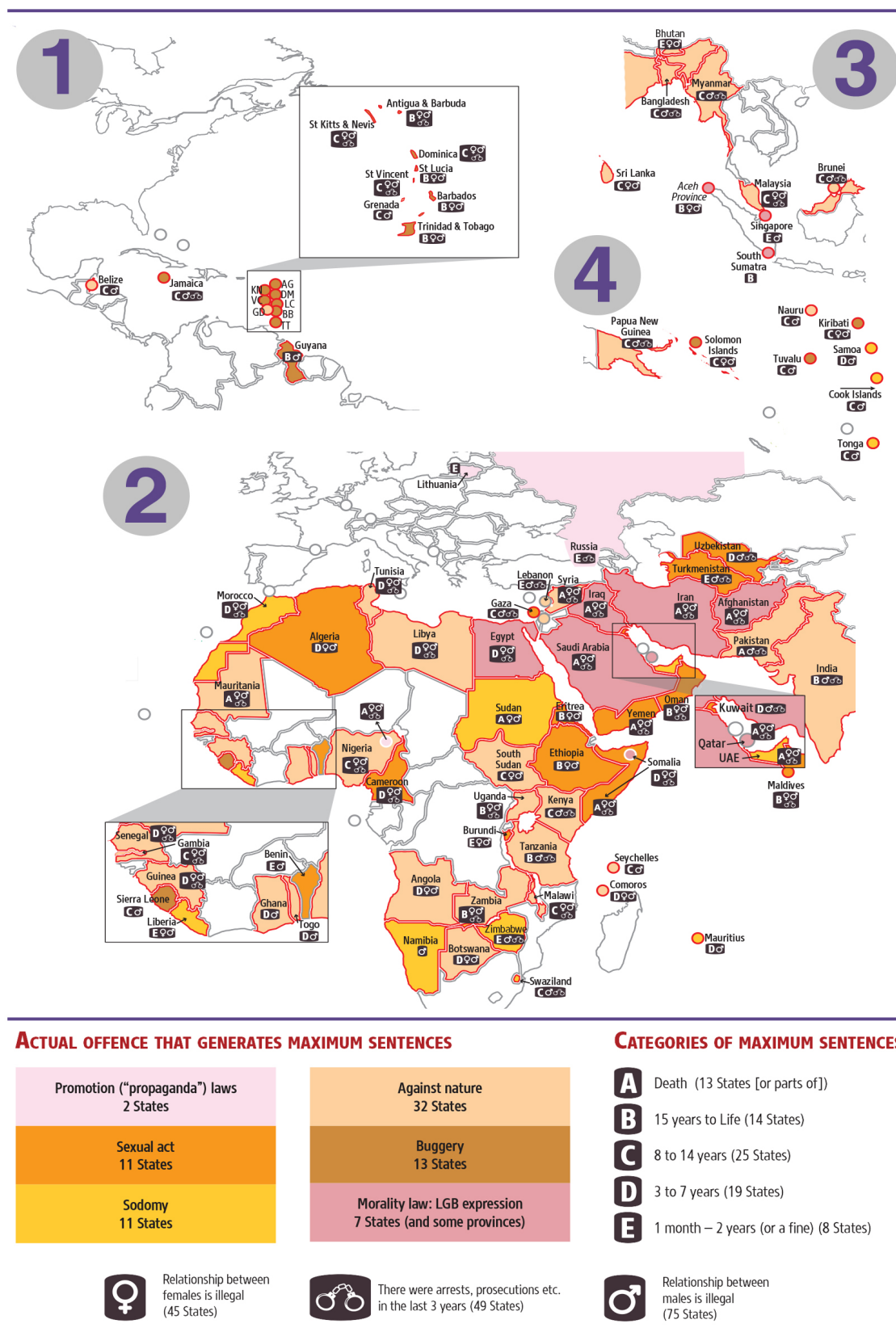
De acordo com os autores do artigo Michael O’Flaherty e John Fisher, mais de oitenta países ainda mantêm leis que consideram práticas homotransexuais crimes, em pelo menos alguma parte do território nacional. Entretanto, segundo os autores, mesmo em países onde não existam sanções criminais contra homossexuais e transexuais, algumas leis internas são utilizadas para arbitrariamente deter pessoas de diversas orientações sexuais e identidades de gênero. Como por exemplo, alguns países possuem leis contra “escândalos públicos”, “imoralidade” e “comportamentos indecentes” que penalizam pessoas que utilizam vestimentas ou se comportam de forma diferente das normas sociais impostas (O’FLAHERTY; FISHER, 2008). A seguir, segue mapas com os países onde a homotransexualidade é ilegal atualmente:

FIGURA 1 - LOCAIS ONDE A HOMOTRANSEXUALIDADE É ILEGAL (ADAPTADO DE ILGA, 2016).



FONTE: ADAPTADO DE ILGA. 2016

FIGURA 2 - LOCAIS ONDE A HOMOTRANSEXUALIDADE É ILEGAL (ADAPTADO DE ILGA,2016).



FONTE: ADAPTADO DE ILGA. 2016

Diante desse cenário, a criminalização da homotranssexualidade em Uganda destaca-se no cenário internacional por três razões principais. A primeira delas é a de que existe em muitos países, um movimento em direção à descriminalização e ao progresso nas legislações nacionais para que os direitos das populações LGBTI's sejam resguardados, enquanto que em Uganda o que se vê é um aumento do movimento anti-LGBTI. A segunda razão está relacionada com o fato de que nenhum país, recentemente, instituiu uma nova legislação que aumenta as penas para pessoas LGBTI's. Finalmente, o terceiro motivo diz respeito ao grande montante de ajuda estrangeira que Uganda recebe de vários países que estão aumentando o ímpeto político pro-LGBTI. (ENGLANDER, 2011)

Sendo assim, o objetivo geral dessa pesquisa é compreender os discursos pelos quais a homotranssexualidade é criminalizada em Uganda, como uma forma de desvendar as regulações do gênero e da sexualidade, que geram leis discriminatórias e atitudes homotransfóbicas por parte dos Estados. Além disso, apesar do Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas (ONU) e de alguns mecanismos regionais de Direitos Humanos terem dado passos significativos em direção à igualdade entre os gêneros, a resposta internacional às violações de direitos humanos com base na orientação sexual e identidade de gênero tem sido fraca e inconsistente, o que nos leva a questionar quais seriam as melhores estratégias para que os direitos humanos de pessoas LGBTI's sejam alcançados internacionalmente (PRINCÍPIOS DE YOGYAKARTA, 2007) ?

Em relação à metodologia, serão utilizados três métodos principais nessa pesquisa. O método do estudo de caso poderá ser utilizado em parte, pelo fato desse método examinar acontecimentos contemporâneos que não necessitam de uma ferramenta de controle para manipular o evento. Isso significa que no estudo de caso o fenômeno não pode ser separado do seu contexto (YIN, 2005). O método histórico será utilizado também, uma vez que ele reconhece que cada acontecimento ou fenômeno é um evento particular e, por consequência, não existe a preocupação em encontrar conexões de similaridades (BOAS, 2004). Por último, o método interpretativo será usado para auxiliar na análise dos discursos, pelo fato dele partir do princípio de que os fenômenos sociais são socialmente construídos por meio de discursos que só existem na mente dos atores e observadores (MOORE, 2007).

A importância dessa pesquisa está bem assegurada, uma vez que pelo fato de me identificar como travesti, eu reconheço a responsabilidade que tenho para lutar pelo fim da violência contra as pessoas LGBTI's em todo o mundo e empoderá-las. No que se refere ao meio acadêmico, a importância desse tema se dá na necessidade de haver pesquisas sobre a

violação de direitos humanos contra LGBTI's, uma vez que esse grupo é extremamente marginalizado no campo de produções acadêmicas de relações internacionais. Existe também uma razão social para a investigação sobre a criminalização da homotranssexualidade em Uganda que está baseada no fato de que a população LGBTI ugandense está sujeita a violações de direitos humanos como tortura, estupro, desaparecimento forçado, detenção arbitrária e discriminação no trabalho, escolas e universidades. Por essas razões, é necessário destrinchar os motivos e as razões pelas quais o Estado ugandense patrocina a homotransfobia e a perseguição contra essa população, para que esse tema entre na agenda internacional.

2 ANÁLISE DE DISCURSOS SOBRE GÊNERO E SEXUALIDADE, A PARTIR DA TEORIA FOUCAULTIANA E QUEER.

Esse capítulo irá tratar sobre como que a categoria do sexo e do gênero irá servir como dispositivos reguladores de corpos e indivíduos até os dias atuais. Para realizar essa tarefa, a análise genealógica foucaultiana e da Teoria Queer será utilizada como uma forma de tentar desconstruir a categoria de gênero que foi produzida por estruturas e por discursos que parecem ser “naturais e permanentes” e que se tornou tão amplamente aceita como um dado antológico.

Vale salientar que conceito de discurso com o qual se pretende dialogar aqui é definido por Michel Foucault (2008) em seu livro “A Arqueologia do Saber”. Para ele, o discurso se trata de um conjunto de enunciados que, na medida em que são provenientes da mesma formação discursiva, não formam uma unidade retórica ou formal, sendo então indefinidamente repetível. O seu aparecimento ou utilização pode ser assinalado e explicado na história e é constituído de um número limitado de enunciados para os quais podemos definir um conjunto de condições de existência (FOUCAULT, 2008).

Para investigar como a criminalização da homotranssexualidade ocorreu em Uganda, a partir dos discursos de poder, é preciso entender como tais discursos se formaram em diferentes esferas, instituições e períodos. Nesse aspecto, a partir da perspectiva de Foucault esta dinâmica discursiva advém da construção da “verdade”. O autor argumenta que “a verdade não existe fora do poder ou sem poder. A verdade é deste mundo; ela é produzida nele graças a múltiplas coerções e nele produz efeitos regulamentados pelo poder” (FOUCAULT, 1979: 10).

Isso significa que, para Foucault o regime da verdade varia entre sociedades distintas para atender aos interesses de algum grupo, ou seja, os tipos de discursos são verdadeiros de acordo com o modo que cada sociedade acolhe esses discursos como verdadeiros. Sendo assim, vários fatores são importantes para a legitimação desse discurso, como por exemplo, o contexto histórico e a cultura (FOUCAULT, 1979). Dessa forma, se mostra necessário analisar tais contextos para que se possa entender a emersão dos discursos de poder em Uganda.

2.1 O DISPOSITIVO DA SEXUALIDADE

Para responder como que os discursos sobre a sexualidade foram criados, Foucault (1988) apresenta reflexões a respeito da sexualidade que serão importantes para entender como os mecanismos de repressão do sexo influenciaram na interações pessoais de natureza sexual e como isso levou a criminalização de formas diversas de se praticar o sexo ou de performar o gênero, que serão discutidas mais a frente. O filósofo apresenta uma história política da produção de verdades em relação a sexualidade e o motivo da criação desses discursos.

Foucault (1988) argumenta que existe um dispositivo histórico de poder sobre a sexualidade e ele procura determinar o regime de poder existente nos discursos sobre a sexualidade humana. O autor sustenta que existe um discurso de repressão sexual que está relacionado com os mecanismos de poder, saber e sexualidade na sociedade ocidental. Essa repressão tem início no século XVII que é também quando a ordem capitalista se origina, ou seja, inicialmente, o sexo seria proibido para que a força de trabalho não fosse dissipada nos prazeres, o reduzindo apenas para a função de reprodução. (FOUCAULT, 1988)

Para além do fomento à criação de discursos, ocorreu também o que Foucault chamou de implantação perversa, ou seja, houve uma proliferação de formas diferentes de se expressar a sexualidade. Como por exemplo, o sexo das crianças, o incesto e formas de sexualidade não conjugais, poligâmicas e homossexuais. A partir dessas sexualidades periféricas, as relações do poder com o sexo e o prazer se multiplicam, sendo incorporadas nas condutas e maximizando esse poder sobre os corpos (FOUCAULT, 1988).

Essa produção de “discursos verdadeiros” resulta na formação de poderes singulares. Isso significa que as verdades construídas por esses discursos sobre a sexualidade tornou-se um problema no mundo ocidental, uma vez que levou à repressão sexual. (RIBEIRO, 1999)

Com relação à homossexualidade, Foucault argumenta que, por volta de 1870, os médicos passam a analisá-la, justamente para haver esse controle sobre a sexualidade e haver uma “nova especificação dos indivíduos” (1988). A partir desse período, os homossexuais que antes eram vistos como “libertinos e delinquentes”, passam a ser percebidos como loucos e doentes do instinto sexual (RIBEIRO, 1999). Essa prática ocorreu da mesma forma com diversas outras minorias, como por exemplo, a mulher, o negro etc. Esses mecanismos discursivos de controle levaram à patologização dessas pessoas.

É importante notar que, de acordo com Foucault (1988), “a categoria psicológica, psiquiátrica e médica da homossexualidade constituiu-se no dia em que ela foi caracterizada, no famoso artigo de Westphal em 1870 sobre as sensações sexuais contrárias” (FOUCAULT, 1988: 51). A homossexualidade foi descrita como uma “espécie de androgenia interior, um hermafroditismo da alma” (FOUCAULT, 1988 : 51) e não mais como prática da sodomia, que significava diversos tipos de práticas sexuais entre homens e que eram consideradas pecado pela religião cristã. Sendo assim, a partir de um discurso produzido pelos saberes dominantes do século XIX, ocorreu a invenção do homossexual a fim de se criar uma identidade “naturalizada” que regula e normaliza formas “aceitáveis e perversas” (MISLKOŁCI, 2009 : 153).

Esses mesmos saberes dominantes foram os que classificaram a homotranssexualidade como transtornos mentais. A primeira edição do Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-I), de 1952, incluía a homossexualidade como um distúrbio sociopático de personalidade, no entanto, ela foi removida em 1973 em sua segunda edição. Apesar disso, a transexualidade ainda é considerada um Transtorno de Identidade de Gênero no dias atuais, pela Classificação Internacional de Doenças (CID) e pelo DSM, ou seja, ainda existe um discurso patológico em relação à transexualidade (SAMPAIO; COELHO, 2013).

Em conexão com essa discussão, a autora Guacira Lopes Louro, apresenta que Foucault vê o “dispositivo histórico” (FOUCAULT, 1988) da sexualidade como uma invenção social que, a partir de vários discursos criados sobre o sexo, produziram “verdades” que começaram a regular e normatizar as práticas sexuais (LOURO, 2000).

Portanto, as normas que foram criadas em torno da sexualidade desenvolveram leis e regras de interdição e censura do sexo e isso foi instaurado devido às correlações de forças de poder provenientes dos aparelhos estatais que formulam as leis (FOUCAULT, 1988). Isso é bem explicado por esse trecho:

Não somente foi ampliado o domínio do que se podia dizer sobre o sexo e foram obrigado os homens a estendê-lo cada vez mais; mas, sobretudo, focalizou-se o discurso no sexo, através de um dispositivo completo e de efeitos variados que não se pode esgotar na simples relação com uma lei de interdição. Censura sobre o sexo? Pelo contrário, constituiu- uma aparelhagem para produzir discursos sobre o sexo, cada vez mais discursos, susceptíveis de funcionar e de serem efeito de sua própria economia (FOUCAULT, 1988 : 29).

Assim, os discursos sobre o sexo tornaram-se múltiplos, entrecruzados, hierarquizados e em torno de relações de poder para que o Estado sobrevivesse no cenário internacional (FOUCAULT, 1988). A medicina, a justiça penal e a psiquiatria também foram focos de incitação de discursos sobre o sexo, que formaram comportamentos de forma repressiva, uma vez que estas áreas eram responsáveis por analisar a taxa de natalidade, a idade do casamento, os nascimentos legítimos e ilegítimos, a precocidade e a frequência das relações sexuais, a maneira de torná-las fecundas ou estéreis, o efeito do celibato ou das interdições, a incidência das práticas contraceptivas, a prática da sodomia etc (FOUCAULT, 1988). Isso se deve ao fato de que pela primeira vez, segundo Foucault, os Estados e a sociedade começaram a afirmar que o futuro e fortuna de uma nação não estavam relacionados apenas com o número de cidadãos, nem com as regras de casamentos ou organização familiar, mas sim com a maneira como cada um utiliza seu sexo. Através de análises das condutas sexuais, de suas determinações e efeitos, “o comportamento sexual dos casais se tornou uma conduta econômica e política deliberada” (FOUCAULT, 1988 : 33). O autor explicita esse argumento no seguinte trecho:

Que o Estado saiba o que se passa com o sexo dos cidadãos e o uso que dele fazem e, também, que cada um seja capaz de controlar sua prática. Entre o Estado e o indivíduo o sexo tornou-se objeto de disputa, e disputa pública, toda uma teia de discursos, de saberes, de análise e de injeções o investem (FOUCAULT, 1988 : 33).

Portanto, a fim de garantir a continuidade intergeracional e as desigualdades, a regulação das relações sexuais e de gênero, durante o processo histórico de construção do Estado Nação, foi imposta com o objetivo de reforçar a ordem social e moral através de leis e normas (PETERSON *apud* JESUS, 2014). A repressão sexual e a construção de verdades em cima do sexo, saber e desejo, tem a função de promover a manutenção da reprodução biológica e social das nações. Sendo assim, o nacionalismo acabou por reproduzir privilégios heterossexistas e promoveu a opressão dentro das nações “à custa das mulheres e homens feminilizados” (PETERSON *apud* JESUS, 2014 : 46) e ao mesmo tempo criou a naturalização da dominação masculina dentro desse Estado.

2.2 A DICOTOMIA DOMÉSTICO X INTERNACIONAL

Em vista disso, é possível realizar uma conexão entre a naturalização da dominação masculina dentro dos Estados nacionais com o cenário internacional, uma vez que a dicotomia

doméstico/ público / internacional é central para entender a existência de divisões de gênero e como os debates sobre gênero e sexualidade são deixados para o âmbito doméstico, assim como eles são vistos como um assunto privado, de acordo com a visão liberal.

Isso se deve ao fato de que os temas que são considerados importantes na esfera internacional, são temas com forte ligação entre masculinidade e poder, o que acaba reforçando o masculinismo¹ liberal nas Relações Internacionais (MONTE, 2010). Para a autora Christine Sylvester (1994), as Relações Internacionais sempre foram definidas como um local de corpos identificados como masculinos, sejam esses corpos de Homens ou de Mulheres (SYLVESTER, 1994).

Destarte, o próprio conceito de anarquia do cenário internacional, o que significa um ausência de autoridade central, de acordo com teórico realista Waltz (2004), é um instrumento do masculinismo. Um exemplo disso é, como o discurso que considera o Estado como referente central, exclusivo e prioritário está associado às características políticas, sociais e culturais masculinas (MONTE, 2010 : 48).

A anarquia significa ausência de autoridade, mas funciona a partir de regras do espaço público e político, o mesmo espaço que é dito “ameaçado” pela anarquia quando papéis tradicionais são questionados. A anarquia de Waltz é o espaço “ordeiro” da política vista em termos masculino, enquanto a “anarquia”, como alteração dessa ordem, como insegurança, é identificada com a mulher, ou com qualquer ator que força os limites estereotípicos (MONTE, 2010 : 58-59).

Sylvester destaca que essa forma de definir o cenário internacional e o Estado, afasta as mulheres e os homens “comuns” (que não performam estereótipos masculinos) de toda a teoria das Relações Internacionais e por conseguinte das tomadas de decisões (SYLVESTER, 1994 : 15). Além disso, o masculinismo do pensamento liberal nas Relações Internacionais, para Sylvester, leva ao questionamento da autoridade do Estado liberal “como fonte de segurança e direitos individuais para diversos grupos, em particular as mulheres” (MONTE, 2010 : 59).

Em conexão com a visão pós-moderna de Sylvester, o autor Richard Ashley (1988) argumenta que o sistema internacional de Estados foi construído através de relações de poder, ou seja, características dos Estados nacionais, como por exemplo, soberania e fronteira, foram

¹ “De acordo com Hooper : Independente do gênero dos indivíduos participando das dinâmicas masculinistas – mulheres podem contribuir para a reprodução de uma ordem masculinista, enquanto homens podem agir para sua subversão” (MONTE, 2010 : 51)

construídas por um discurso que tem por objetivo legitimizar e justificar essas relações de poder. Consequentemente, para atender os interesses de quem domina esses discursos, a anarquia foi designada como um padrão internacional de comportamento (ASHLEY, 1988). Sendo assim, “a divisão interno/internacional seria uma artificialidade justificada pela prática heroica do Estado. Essa prática é a proteção da sua população nacional e, de acordo com a lógica da oposição construída pelo Estado, a população estaria, sem essa prática, sujeita a incertezas do sistema internacional (MONTE, 2010 : 83). Por isso, o discurso da anarquia a partir das relações doméstico-internacional, possibilita o Estado ser o agente central no cenário internacional.

Essa linha de pensamento também é corroborada por R. B. J. Walker (1993), o qual apresenta o fato de que a separação entre interno e externo, ou seja, nacional e internacional, seria o principal discurso das Relações Internacionais. Segundo ele, esse discurso apresenta a premissa de que a ética e a ordem pertence ao que ocorre dentro do Estado, enquanto no espaço internacional a amoralidade e a anarquia prevalecem, uma vez que ele é anárquico (WALKER, 1993). Esse argumento é criticado pelos pós-modernos e por feministas, por ser um discurso que está atrelado às relações de poder e à concepções masculinas (RESENDE, 2011).

Dito isso, a crítica que Sylvester (1994) faz com relação ao masculinismo liberal das Relações Internacionais leva a uma reflexão sobre a dicotomia doméstico/internacional. Segundo a autora, por haver um discurso predominantemente masculino em algumas teorias realistas, de que pelo fato de o cenário internacional ser anárquico, o Estado é o ator principal, como foi dito anteriormente, criou-se uma falácia de que a dicotomia público/privado ou doméstico/internacional, não pode ser separada. Outrossim, a defesa da tradicional soberania nacional, com uma perspectiva de segurança tradicional, é uma perspectiva masculinista (MONTE, 2010). Na mesma linha de pensamento, a teórica de gênero Ann Tickner, destaca que:

Suggesting that the personal is political, feminist scholars have brought to our attention distinctions between public and private in the domestic polity: examining these artificial boundary distinctions in the domestic polity could shed new light on international boundaries, such as those between anarchy and order, which are so fundamental to the conceptual framework of realist discourse (TICKNER, 1992 : 15).

Vale ressaltar que, a dicotomia internacional/doméstico tem por analogia as relações público/privado que podem auxiliar a entender o motivo pelos quais temas relacionados a gênero e sexualidade (como direitos das mulheres e de pessoas LGBTI's) não são discutidos de forma severa e incisiva nos organismos internacionais e em outras arenas de discussão. Por considerarem que esses temas pertencem ao âmbito privado, ou seja, ao âmbito doméstico, o sistema internacional não deveria interferir e o Estado, através do dispositivo da soberania nacional, é quem deveria solucionar ou interferir nessas questões. Entretanto, veremos mais a frente que esse discurso será utilizado para que direitos de mulheres, de pessoas LGBTI's, das/dos afrodescendentes dentre outras minorias sejam retirados por diversos motivos.

2.3 A DICOTOMIA PÚBLICO X PRIVADO:

A filósofa Hannah Arendt, em seu livro “A Condição Humana” (2007), apresentou uma discussão sobre a dicotomia público/privado. Para ela, o espaço privado era caracterizado pelos gregos antigos por um local de subordinação, onde a opressão e a violência seria aceitável e onde o trabalho era realizado. Por outro lado, a esfera pública seria destinada a arena em que os cidadãos, iguais em termos políticos e não em termos sociais, poderiam exercer sua liberdade e isso significava estar livre das necessidades privadas e sem a presença de violência, subordinação ou opressão. Aqui, nota-se uma relação perversa existente na *polis* grega, uma vez que o espaço democrático e igualitário da esfera pública se dava à custa da coerção e exploração de indivíduos na esfera privada, que não eram considerados cidadãos, como por exemplo, os escravos, as mulheres e as crianças (ASSIS, 2006). Sobre isso, a filósofa descreve que “a esfera da *polis*, ao contrário, era a esfera da liberdade, e se havia uma relação entre essas duas esferas era que a vitória sobre as necessidades da vida em família constituía a condição natural para a liberdade na *polis*” (ARENDT, 2007 : 40). Em vista disso, percebe-se que a liberdade não existia dentro do espaço privado, uma vez que o chefe da família só era considerado livre, uma vez que ele tinha o poder de escolha de deixar a família e entrar na esfera pública ou política onde todos eram iguais.

No entanto, a realidade das esferas pública e privada da Grécia Antiga é invertida na era moderna quando os valores do trabalho que era resguardados à esfera privada passam para a esfera pública. Assim, com essa quebra da hierarquia das atividades, ou seja, com a valorização do trabalho em detrimento da ação, leva a uma desvalorização da esfera pública.

Na visão de Hannah Arendt (2007), a passagem da valorização de debate de temas que eram relacionados ao âmbito privado, como por exemplo a fome, o trabalho e a produção de bens materiais, para a esfera pública é algo ruim. Para a filósofa, isso se deve ao fato de que esses temas estão relacionados às questões pré-políticas e não políticas e por isso devem ser reservadas ao espaço privado. Atualmente, as questões pré-políticas, determinadas por Arendt, poderiam ser comparadas com as questões LGBTI's e das mulheres, já que esses temas são deixados para a discussão em âmbito privado. É possível perceber, então, que a autora conclui que algumas atividades humanas têm a necessidade de serem reservadas enquanto outras necessitam ser públicas.

Entretanto, as relações entre o público e o privado trabalhadas por Arendt encontraram muitas críticas feitas pelo movimento feminista que utilizam essas esferas para levantar questões sobre a categoria de análise do gênero como uma institucionalização social das diferenças sexuais e para entender não apenas a desigualdade sexual, mas como essas diferenciações sexuais são socialmente construídas (OKIN, 2008).

A autora Susan Okin (2008) salienta que a rígida dicotomia público e privado foi delineada pela teoria liberal para que a interferência ou intrusão nas esferas privadas da vida social tivesse uma justificativa (OKIN, 2008). Porém, essa dicotomia tem auxiliado a manutenção da desigualdade entre homens e mulheres nos espaços domésticos (Posteriormente, esse debate será apropriado pelo movimento LGBTI). A crítica feminista às fronteiras entre público e privado destaca que a própria “garantia de liberdade e autonomia para as mulheres depende da politização de aspectos relevantes da esfera privada”, ou seja, é necessário que o exercício do poder dos homens seja restringido na esfera doméstica, para que mulheres tenham a liberdade e autonomia (BIROLI, 2014 : 34). Um exemplo claro dessa interferência na esfera privada, a fim de garantir a cidadania e integridade física das mulheres e crianças, se trata da criminalização da violência doméstica e do estupro (BIROLI, 2014 : 34).

Devido a isso, as feministas têm sustentado, reiteradamente, “que o pessoal é político”, diferentemente da visão estabelecida por Hannah Arendt em “A Condição Humana” (ASSIS, 2006). Ou seja, para elas não é possível separar a esfera política da vida social e a vida pública da vida privada, caso deseja-se construir uma sociedade democrática.

Ademais, as sociedades fundadas no direito liberal vêm os contratos de formação do Estado Nação, de uma forma geral, como relação entre indivíduos iguais. Entretanto, as

mulheres foram excluídas do processo de formação do Estado Nação, por também terem sido excluídas da categoria de indivíduos e por estarem subordinadas aos homens.

A preservação da esfera privada em relação à intervenção do Estado e mesmo às normas e aos valores majoritários na esfera pública significou, em larga medida, a preservação de relações de autoridade que limitaram a autonomia das mulheres (BIROLI, 2014 : 32).

Para a autora Flávia Biroli (2014), muitos direitos individuais de integrantes da “família” não foram protegidos, em nome da preservação da esfera privada. Ou seja, a garantia de que o espaço familiar e doméstico necessita de privacidade, é usada como um instrumento que mantém a dominação masculina. Devido à isso, “a compreensão de que o que se passa na esfera doméstica compete apenas aos indivíduos que dela fazem parte serviu para bloquear a proteção àqueles mais vulneráveis nas relações de poder correntes” (BIROLI, 2014 : 32), além de ter servido como uma capa que esconde as relações entre papéis e posições de poder no âmbito público e privado.

Dito isso, é válido destacar também que “a exclusão das mulheres da categoria de indivíduos foi uma etapa importante da construção das instituições modernas”, uma vez que as mulheres, quando houve a passagem do estado natural para o estado civil, não foram incorporadas nem no âmbito do estado natural, nem no do civil (MONTE, 2010 : 87). Ou seja, os indivíduos da esfera privada eram parte da sociedade civil, mas não participava da esfera civil (PATEMAN, 1993). Essa exclusão se dava a partir de várias normas e instituições, como por exemplo, a prostituição, o trabalho doméstico e o casamento (MONTE, 2010).

Não obstante, a relação público/privado é expressão da diferença entre natural/civil, submissão/liberdade. A autora Carole Pateman, em “O Contrato Sexual” (1993), explica que na sociedade liberal, a diferença sexual está baseado na diferença entre liberdade e submissão (PATEMAN, 1993). De acordo com ela, apesar da teoria do contrato social ter como discurso a troca das inseguranças do estado natural, para a “liberdade civil e equitativa, salvaguarda pelo Estado”, o contrato sexual tem como característica a sujeição e submissão, para que exista a liberdade para homens e a dominação das mulheres (PATEMAN, 1993 : 16). Isso é explicado por Pateman no seguinte trecho:

A liberdade civil não é universal – é um atributo masculino e depende do direito patriarcal. Os filhos subvertem o regime paterno não apenas para conquistar sua liberdade, mas também para assegurar as mulheres para si próprios. Seu sucesso nesse empreendimento é narrado na história do contrato sexual. O pacto original é tanto um contrato sexual quando social: é sexual no sentido de patriarcal – isto é, o contrato cria o direito político dos homens sobre as mulheres -, e também sexual no sentido do estabelecimento

de um acesso sistemático dos homens aos corpos das mulheres (PATEMAN, 1993 :17).

Nessa perspectiva, apesar de Arendt (2007) ter construído uma teoria considerada antiliberal, “parece certo que a crítica endereçada pelas feministas à dicotomia público/privado, construída pelo liberalismo, pode também ser oferecida contra ela” (ASSIS, 2006 : 10), uma vez que o conceito de política trabalhado pela autora, não permite a tematização de vários pontos muito importantes para o feminismo, na esfera pública. Por isso, é preciso salientar que a distinção entre a esfera pública e a esfera privada, feita por Arendt, acaba por determinar que o que deve ser excluído do político e público, coincide com as vidas das mulheres e por isso, essa distinção “começa a figurar como um dos mecanismo para manter as mulheres em seu lugar”, que seria o espaço doméstico onde são desempenhadas funções consideradas não políticas (ASSIS, 2006 : 10).

2.4 IDENTIDADES MÓVEIS

A partir dos anos 1980, a análise da dicotomia público/privado do movimento feminista descrito anteriormente, começa a ser criticada e novas estratégias epistemológicas são procuradas. Por exemplo, algumas feministas de países periféricos realizaram um dialogo crítico entre os estudos do pós-estruturalismo e do pós- colonialismo, para defender que os binarismos estruturantes do feminismo ocidental e de países desenvolvidos, geraram um “discurso orientalista, racista e colonialista”, mesmo que não fosse intencional (PELÚCIO, 2012 : 404). Um exemplo, seria o fato de algumas vertentes do feminismo vindo dos países hegemônicos ou do centro, terem transportados as “categorias de análises tais como patriarcado e homofobia para cenários não europeus, como se estas não existissem ou houvessem existido em todos os lugares e em todos os tempos” (PELÚCIO, 2012 : 404).

Por isso, as feministas de países periféricos e os estudos culturais salientam que apesar de a antonímia público x privado parecer explicar todas as relações a partir do gênero, outras forças e relações de poder são importantes para determinar não só o local das mulheres, mas também de todas as pessoas subalternas (PELÚCIO, 2012). Sobre esse debate, a autora Larissa Pelúcio apresenta o seguinte argumento:

O sujeito centrado do conhecimento iluminista, branco, heterossexual e masculinista era então, posto em xeque pelas formulações que reivindicam um lugar de fala e ressaltavam a importância político-epistemológica de um “saber localizado”. A ciência não é produzida na neutralidade fria dos/das

cientistas, mas em espaço no quais múltiplas teias de desigualdades e enfrentamento são tecidas e negociadas (PELÚCIO, 2012 : 404).

Nasce, portanto, um feminismo multicultural, proveniente dos estudos culturais, que possui uma posição de forte crítica às feministas brancas do centro e com base no conceito da diferença, ou seja, que não existem políticas de identidade capazes de explicar todas as relações e vivências múltiplas e nômades (PELÚCIO, 2012 : 405). A autora Glória Anzaldúa, por exemplo, reivindicava o surgimento de um novo sujeito pós-moderno. Ela “trouxe, a partir de seu lugar de escritora chicana, intervenções das mulheres feministas de cor, lésbicas, judias, mulheres do Terceiro Mundo, entre outras, para o centro do debate feminista norte-americano” (COSTA; ÁVILA, 2005 : 692) que até então, de acordo com ela era dominado por essencialismos e feministas heterossexuais, brancas, anglófonas e de classe média que remetia a relações binárias a partir de análises universais e naturalizadas, o que gerava um apagamento das diferenças (ANZALDÚA *apud* PELÚCIO, 2012).

A autora Judith Butler (2015), apresenta também uma crítica contundente aos fundamentos do movimento feminista no anos 1990, principalmente com relação à formação da identidade e da subjetividade. A partir disso, ela questiona a “categoria de mulheres”, como uma identidade, definida dentro do movimento feminista. A autora descreve que esse sujeito das mulheres “não é mais compreendido em termos estáveis ou permanentes” (BUTLER, 2015: 18). A própria representação da categoria de mulheres dentro do movimento feminista, é muito pequena, justamente devido à essas relações binárias e naturalizadas (BUTLER, 2015). No trecho a seguir isso é bem explicado:

Os domínios da “representação” política e linguística estabeleceram *a priori* o critério segundo o qual os próprios sujeitos são formados, com o resultado de a representação só se estender ao que pode ser reconhecido como sujeito. Em outras palavras, as qualificações do ser sujeito têm que ser atendidas para que a representação possa ser expandida (BUTLER, 2015: 18).

O sujeito que é representado pela política feminista se mostra como um sujeito discursivamente construído pelo próprio sistema jurídico de poder, ou seja, “a formação jurídica da linguagem e da política que representa as mulheres como “o sujeito” do feminismo é em si mesma uma formação discursiva e efeito de uma dada versão da política representacional” (BUTLER, 2015 : 19). Isso se torna problemático, principalmente pelo fato de que esse sistema jurídico, como foi descrito no primeiro tópico dessa pesquisa, produz e reforça sujeitos que possuem traços de gênero determinados ou em conformidade com a norma existente, ou com traços masculinos (BUTLER, 2015). Sendo assim, essa construção

política do sujeito, de acordo com a autora, está naturalizada nas estruturas jurídicas e políticas e também acaba criando meios de legitimação e de exclusão de corpos subversivos ou subalternos.

Butler sugere que a crítica feminista, além de indicar como as mulheres podem ser representadas mais amplamente na linguagem e na política, ela deve tentar entender também “como a categoria de “mulheres”, o sujeito do feminismo, é produzida e reprimida pelas mesmas estruturas de poder por intermédio das quais se busca a emancipação” (BUTLER, 2015 : 20).

O fato de o feminismo supor que o termo mulheres expressa uma identidade comum, e que existe uma base universal para o feminismo (BUTLER, 2015), resulta na separação da noção de gênero das diversas intersecções políticas e culturais existentes, como por exemplo: raça, classe, etnia, idade, deficiência, orientação sexual, identidade de gênero entre outras “identidades discursivamente construídas” e acaba instituindo a ideia de que a opressão que as mulheres sofrem é universal e singular (BUTLER, 2015 : 21).

A noção binária de masculino/feminino constitui não só a estrutura exclusiva em que essa especificidade pode ser reconhecida, mas de todo modo a “especificidade” do feminino é mais uma vez totalmente descontextualizada, analítica e politicamente separada da constituição de classe, raça, etnia e outros eixos de relações de poder, os quais tanto constituem a “identidade” como tornam equívoca a noção singular de identidade (BUTLER, 2015 : 22).

Essa abordagem interseccional é também muito esquecida dentro do movimento LGBTI, de acordo com a Associação Internacional de lésbicas, gays, bissexuais, Transexuais e Pessoas Intersex. O relatório sobre homofobia patrocinado pelo Estado de 2015 destacou que o movimento LGBTI, geralmente, não leva em conta que existem diferentes contextos em que essa população sofre opressão, discriminação e violações de direitos humanos e isso depende das múltiplas identidades e circunstâncias que determinam como as pessoas são vistas e tratadas pela sociedade (ILGA, 2015).

Para complementar essa discussão, mesmo com a crítica pós-moderna que gerou a “desestabilização das certezas e verdades a desintegração de epistemologia e a exploração, das múltiplas opressões constitutivas das diferenças entre mulheres” (COSTA; ÁVILA, 2005), o feminismo foi muito importante nos anos 60. Hall (2006) destaca que o feminismo teve um grande impacto, tanto como crítica teórica quanto como movimento social (HALL, 2006). No entanto, para ele, esses chamados “novos movimentos sociais”, fragmentaram a classe política e as organizações políticas de massa, em vários movimentos sociais. Isso levou

ao nascimento da política de identidades, ou seja, cada movimento social teria uma identidade social compartilhada por todos do grupo. Como por exemplo, o movimento feminista apelava às mulheres, a política de identidade sexual e de gênero às pessoas LGBTI's, as lutas raciais aos negros e assim por diante (HALL, 2006: 45). O autor argumenta, entretanto, que uma mudança ocorreu no final do século XX, quando houve uma fragmentação de paisagens culturais de classe, gênero, sexualidade, etnia, raça e nacionalidade. Essas transformações afetaram as identidades pessoais, acarretando o “deslocamento ou descentração do sujeito” (HALL, 2006 : 9). Segundo o autor:

O sujeito previamente vivido como tendo uma identidade unificada e estável, está se tornando fragmentado; composto não de uma única, mas de várias identidades, algumas vezes contraditórias ou não-resolvidas. O próprio processo de identificação, através do qual nos projetamos em nossas identidades culturais, tornou-se mais provisório, variável e problemático (HALL, 2006: 12).

Por conseguinte, esse processo levou à formação de um sujeito pós-moderno que não possui uma identidade fixa, essencial ou permanente (HALL, 2006). Hall destaca que, o sujeito irá assumir identidades diferentes em contextos diferentes, tornando-a uma “celebração móvel”, ou seja, formada e transformada de acordo como essas identidades são representadas nas diferentes culturas existentes. Sendo assim, a identidade unificada e coerente é substituída por sistemas de representação cultural que se multiplicam e criam uma enorme gama de identidades possíveis (HALL, 2006: 13).

Vale acrescentar que, de acordo com Hall, esse sistema de representações consiste em diferentes formas de organizar conceitos e significados compartilhados entre os indivíduos imersos em uma cultura. Neste sentido, é possível compreender quais são os aspectos que os fazem se entender como semelhantes, e os distinguem do “outro” a partir de identidades culturais. (HALL, 1997). Ou seja, sem os sistemas de representação, as pessoas não conseguiriam interpretar o mundo de forma significativa, uma vez que o significado depende de uma gama de conceitos e imagens formadas em nossos pensamentos que representam o mundo e isso nos permite referir-se a coisas dentro e fora de nossas cabeças (HALL, 1997: 17). Um exemplo seria o sistema de representação cultural de uma nação, uma vez que os/as cidadãos/ãs de uma nação “participam da ideia de nação tal como representada em sua cultura nacional, ou seja, uma nação é uma comunidade simbólica” (HALL, 2006: 49).

A identidade se forma, então, a partir de um processo inconsciente de sistemas de representação que não é inato, ou seja, ela está sempre incompleta, sempre sendo formada e

sempre em processo (HALL, 2006). Portanto, segundo Hall, ao invés de falar de identidade como algo acabado, deve-se falar de identificação (HALL, 2006) e vê-la como um processo sempre em andamento.

2.5 A TEORIA QUEER

Nesse contexto dos estudos culturais de Hall e de desconstrução da teoria feminista, a categoria de gênero dá lugar a Teoria Queer. A palavra “Queer” significa estranho, desconhecido, abjeto etc. Ela foi criada originalmente para ser usada como uma depreciação das pessoas que não se encaixavam nos padrões da sociedade normativa e hoje é utilizada por aquelas pessoas subalternas que a sociedade classificava como “Queer” (PALAZZANI, 2012). Essa teoria apresenta alguns aspectos de continuidade com a teoria feminista e outros aspectos que quebram com alguns de seus principais argumentos, como fez Butler, por exemplo. Palazzani argumenta que:

Queer is therefore an amorphous and speculatively open term: a flexible, fluid, variable, permeable category against closed, rigid, fixed, impermeable dichotomies. Queer represents everything and nothing. The recurrent expressions ‘neither/ nor’ or ‘either/or’ show the ambivalence and ambiguity that breaks down the oppositional dichotomies of male and female duality. Queer is often referred to as ‘umbrella term’ which refers to several theories that have a lowest common denominator: the liberalisation of all sexuality in the ‘normalisation’ of what was considered ‘abnormal’ (PALAZZANI, 2012: 45).

Os estudos Queer se tornaram um campo acadêmico e teórico bem parecido com os estudos de gênero. A expressão “Queer” foi primeira utilizada pela autora Teresa de Lauretis, em uma conferência na Universidade da Califórnia, em fevereiro de 1990. De Lauretis cunhou o termo “Queer” e propôs uma teoria pós-gênero, que em alguns aspectos lembra a perspectiva de Judith Butler, porém, ela apresenta alguns elementos originais (PALAZZANI, 2012: 54).

De Lauretis acredita que gênero é “categoria fictícia”, ou seja, um produto da normalização social e seus efeitos na vida social e material dos indivíduos. Para ela, existe um processo chamado de “engendering” que seria um contínuo processo de atribuição de significados e de assimilação que resulta no fato de o gênero ser uma construção subjetiva e social (PALAZZANI, 2012 : 55). Sendo assim, a construção do gênero se torna tanto um produto, quanto um processo da representação e das práticas discursivas.

Portanto, a autora acredita que é preciso desmontar as falsas representações ideológicas que dissolvem as fronteiras tradicionais da identidade de gênero, tanto de heterossexuais como de homossexuais, para permitir a representação de múltiplas identidades, para tornar visível a oscilação de gênero, “além das formas tradicionais e dos discursos hegemônicos de organização sexual” (PALAZZANI, 2012: 56). Ou seja, o objetivo é construir novas figuras e novos discursos que possam gerar novas identidades, bem como transformar as identidades individuais em um movimento contínuo que transgride limites pré-atribuídos (PALAZZANI, 2012).

A autora brasileira Guacira Lopes Louro (2000), baseada nas teorias de Hall (2006) e Butler (2015), também destaca que os sujeitos possuem identidades transitórias. Sendo assim, “essas identidades sociais (identidades sexuais, de gênero, de raça, de nacionalidade, de classe etc) seriam múltiplas e distintas, tendo um caráter fragmentado, instável e plural” (LOURO, 2000: 6).

Para ela, em nossa sociedade, a norma que se estabelece remete ao homem branco, heterossexual, cisgênero, de classe média urbana e cristão (LOURO, 2000), sendo assim, os sujeitos que não se encaixam nesse padrão são marcados pela diferença, como por exemplo a mulher é representada como “o segundo sexo” e a população LGBTI são vistos como desviantes da norma heterossexual e cisgênera (LOURO, 2000 : 9). A identidade é reafirmada, justamente, devido à existência da diferença e por isso as identidades culturais se tornaram híbridas e múltiplas, movidas por mudanças e transformações (HALL, 2006). Segundo Louro:

A heterossexualidade é concebida como “natural” e também como universal e normal. Aparentemente supõe-se que todos os sujeitos tenham uma inclinação inata para eleger como objeto de seu desejo, como parceiro de seus afetos e de seus jogos sexuais alguém do sexo oposto. Consequentemente, as outras formas de sexualidade são constituídas como antinaturais, peculiares e anormais” (LOURO, 2000 : 10).

Portanto, os corpos possuem significados diferentes que variam de acordo com a cultura e por ela também são alterados. Por exemplo, a cultura determina qual característica passou a ser significada como marca de certa identidade (LOURO, 2000). Sendo assim, os grupos sociais pertencentes às posições centrais ou “normais” no que se refere a gênero, sexualidade, raça, classe, religião etc, tem a possibilidade de representar a si mesmos e também representar os outros, ou seja, criam um padrão de estética e de ética e ao mesmo

tempo renegam as manifestações dos grupos minoritários. É nesse momento que a “política de identidade”, adquire sentido, uma vez que os grupos minoritários que estão subordinados aos grupos que ocupam as posições centrais, “contestam precisamente a normalidade e a hegemonia” (SILVIA, 1998 *apud* LOURO, 2000) das identidades tidas como “normais” (LOURO, 2000).

Ademais, de acordo com a concepção liberal já discutida anteriormente, a sexualidade e as questões de gênero, geralmente, são resguardadas ao âmbito privado. Sendo assim, algumas identidades sexuais ou de gênero são “mais aceitas” do que “outras”, desde que elas permaneçam em segredo, uma vez que o que incomoda é a manifestação pública das práticas não heterossexuais (LOURO, 2000). Por isso, a política de identidade travada pelas pessoas LGBTI’s atualmente se trata basicamente de trazer esses comportamentos, expressões e manifestações para a esfera pública e quebrar a norma heterossexual e cisgênera. Entretanto, muitas vezes essas identidades se tornam apenas ferramentas política, uma vez que não existe uma conexão necessária entre que os sentimentos e os desejos sexuais com a identidade sexual justamente porque nessa visão pós-moderna as identidades são transitórias e móveis (WEEKS, 2000 : 52).

2.6 O GÊNERO COMO CATEGORIA DISCURSIVA:

Como discorrido anteriormente, Butler acredita na existência de uma busca no feminismo por uma representação que contemple um sujeito estável e universal. Por outro lado, essa universalidade e unidade do sujeito feminista, de acordo com a autora, estão minadas pelas próprias restrições do discurso representacional em que os sujeitos estão inseridos (BUTLER, 2015). Por isso, os objetivos feministas estão em risco constante de fracassar, exatamente pelo fato de não considerarem os poderes que constituem suas reivindicações representacionais (BUTLER, 2015).

Uma solução que Butler oferece para que a representação política do feminismo não seja abandonada e se estenda para sujeitos excluídos da noção de mulheres, por não estarem em conformidade com as exigências normativas, seria realizar uma “genealogia feminista” de forma a criticar a categoria das mulheres (BUTLER, 2015). Essa abordagem seria justamente construir uma “crítica às categorias e de identidade que as estruturas jurídicas contemporâneas engendram, naturalizam e imobilizam” (BUTLER, 2015: 24). Em suas palavras:

A identidade do sujeito feminista não deve ser o fundamento da política feminista, pois a formação do sujeito ocorre no interior de um campo de poder sistematicamente encoberto pela afirmação desse fundamento. Talvez, paradoxalmente, a ideia de “representação” só venha realmente fazer sentido para o feminismo quando o sujeito “mulheres” não for presumido em parte alguma. (BUTLER, 2015: 25).

Assim, nesta disputa de construção das “verdades” a partir de uma dinâmica sociopolítica cultural e dos discursos disseminados, encontram-se os significantes do gênero, sexo e desejo, regulados, segundo Butler (2015) a partir de uma matriz de inteligibilidade – de uma “verdade” – heteronormativa.

Por isso, a genealogia, proveniente do método foucaultiano e utilizado por Butler, tem como foco o gênero para tentar explicar como que as categorias de sexo, gênero e desejo são efeitos de uma formação específica de poder (BUTLER, 2015), o qual Foucault chama de “poder disciplinar” (FOUCAULT *apud* HALL, 2006: 42). O objetivo principal desse poder é regular os corpos, práticas sexuais, a moral e a vida familiar dos indivíduos (DREYFUS; RABINOW *apud* HALL, 2006).

Ademais, de acordo com a perspectiva foucaultiana, o “biopoder” se desenvolveu nos discursos sobre sexo para controlar o corpo humano e o corpo da espécie humana. Segundo Foucault, a sexualidade, como discutida anteriormente, é uma criação discursiva e uma invenção artificial de poder, como por exemplo, um “instrumento de dominação” ou um “mecanismo de controle” (PALAZZANI, 2012: 43). Ou seja, é o poder que, por meio da fala, linguagem e sociedade dá sentido aos organismos, práticas e desejos (PALAZZANI, 2012).

Essa crítica genealógica não procura, no entanto, de acordo com Butler (2015), a origem ou causa do gênero, a verdade íntima do desejo feminino, nem mesmo uma identidade sexual genuína ou autêntica. Ela procura, na verdade, “investigar as apostas políticas, designando como origem e causa as categorias de identidade que, na verdade, são efeitos de instituições, práticas e discurso cujos pontos de origem são múltiplos e difusos” (BUTLER, 2015: 10). Para Butler, a heterossexualidade compulsória e o falocentrismo são as principais instituições que definem a relação entre sexo, gênero e desejo.

2.7 A HETEROSSEXUALIDADE COMPULSÓRIA

Judith Butler questiona a normatividade heterossexual na sociedade contemporânea e a ordem compulsória do sexo/gênero/desejo. Ela argumenta que sendo o gênero culturalmente

construído, o caráter imutável do sexo se torna contestável. Ou seja, “o sexo é tão culturalmente construído quanto o gênero, na verdade, talvez o sexo tenha sido desde sempre gênero” (SALIH, 2015: 71). Segundo a autora:

Resulta daí que o gênero não está para a cultura como o sexo para a natureza; ele também é o meio discursivo/cultural pelo qual “a natureza sexuada” ou “sexo natural” é produzido e estabelecido como “pré-discursivo”, anterior à cultura, uma superfície politicamente neutra sobre a qual age a cultura”. (BUTLER, 2015: 27)

Vale ressaltar que Simone de Beauvoir, ao argumentar que “Ninguém nasce mulher: torna-se mulher” (BEUVOIR, 1967: 9), corrobora com o fato de o gênero ser construído, uma vez que, para ela, existe um agente por trás dessa formulação que seria uma compulsão cultural. No entanto, essa compulsão não se trata do sexo, uma vez que “não há nada em sua explicação que garanta que o ser que se torna mulher seja necessariamente fêmea” (BUTLER, 2015 : 29). Por isso, o sexo ser considerado como pré-discursivo é um efeito da mesma construção cultural que o gênero é designado (BUTLER, 2015 : 28), ou seja, para Butler, o corpo se torna apenas um instrumento onde significados culturais se inscrevem.

Teresa de Lauretis (1987), assim como Butler (2015), nega que sexo e gênero tenham “propriedades intrínsecas” (PALLAZANI, 2012: 54), ou seja, características essenciais inerentes ao corpo ou determinismos biológicos ou sociais. Segundo ela, o sexo não deriva da anatomia ou biologia, mas sim de uma construção simbólica ou de uma combinação de representações visuais e de práticas discursivas, as quais são provenientes da família, sociedade e cultura. Para De Lauretis:

As concepções culturais de masculino e feminino como duas categorias complementares, mas que se excluem mutuamente, nas quais todos os seres humanos são classificados forma, dentro de cada cultura, um sistema de gênero, um sistema simbólico ou um sistema de significações que relaciona o sexo a conteúdos culturais de acordo com valores e hierarquias sociais. Embora o significados possam variar de uma cultura para outra, qualquer sistema de sexo-gênero está sempre intimamente interligado a fatores políticos e econômico em cada sociedade (DE LAURETTIS, 1987 : 211).

Isso significa que o sistema sexo-gênero se tornou tanto uma construção sociocultural quanto um aparato semiótico, ou seja, um sistema de representações que atribui significados de identidade, valor, prestígio e status na hierarquia social à indivíduos inseridos em uma sociedade. Essas representações de gênero trazem significados diferentes, por isso,

quando alguém é representado ou se representa como masculino ou feminino subteme a totalidade daqueles atributos sociais anteriormente descritos (DE LAURETTIS, 1987).

A partir disso, normas reguladoras de formação do gênero são criadas, como uma maneira de tornar o sujeito inteligível, em outras palavras, para que as pessoas tenham uma coerência (BUTLER, 2015). Essas normas acabam governando as identidades, uma vez que, a “inteligibilidade cultural” (BUTLER, 2015 : 43) define o modo como as pessoas irão reconhecer as outras. Portanto, pessoas que não se conformam às normas de gênero ou que não mantêm “relações de coerência e continuidade entre sexo, gênero, prática sexual e desejo” (BUTLER, 2015: 43), se tornam gêneros não inteligíveis.

Por isso, essa verdade sobre o sexo, construída a partir das práticas reguladoras gera identidades coerentes através de uma matriz de normas de gênero coerentes (BUTLER, 2015). Nas palavras da autora:

A heterossexualização do desejo requer e institui a produção de oposições discriminadas e assimétricas entre “feminino” e “masculino”, em que estes são compreendidos como atributos expressivos de “macho” e “fêmea”. A matriz cultural por meio da qual a identidade de gênero se torna inteligível exige que certos tipos de “identidade” não possam “existir” – isto é, aqueles que o gênero não decorre do sexo e aqueles que as práticas do desejo não “decorrem” nem do sexo nem do gênero (BUTLER, 2015: 44).

A partir disso, de acordo com Butler, certos tipos de identidades de gênero são descritas como “falhas do desenvolvimento” ou “impossibilidades lógicas”, uma vez que não estão em conformidade com as normas da inteligibilidade cultural (BUTLER, 2015). Portanto, o gênero só poderá ter uma unidade de experiência entre sexo, gênero e desejo, quando o sexo exigir um gênero e o desejo ser heterossexual (BUTLER, 2015). A autora também afirma que “a coerência ou a unidade internas de qualquer dos gêneros, homem ou mulher, exigem assim uma heterossexualidade estável e oposicional” (BUTLER, 2015: 52).

Entretanto, essa heterossexualidade compulsória e institucional acaba gerando termos marcados por gênero e, conseqüentemente, isso produz um limite das possibilidades de gênero em um sistema binário oposicional. Segundo Butler, “essa concepção de gênero não só pressupõe uma relação causal entre sexo, gênero e desejo, mas sugere igualmente que o desejo reflete ou exprime o gênero, e que o gênero reflete ou exprime o desejo” (BUTLER, 2015: 52). Por isso existe uma heterossexualidade compulsória, produzida culturalmente, que

supõe uma unidade entre sexo, gênero e desejo, que não é verdadeira em todos os casos, uma vez que não existe uma continuidade causal entre sexo, gênero e desejo (BUTLER, 2015).

Vale salientar que a heterossexualidade compulsória e naturalizada, para Butler, “regula o gênero como uma relação binária em que o termo masculino diferencia-se do termo feminino, realizando-se essa diferenciação por meio das práticas do desejo heterossexual” (BUTLER, 2015: 53). Por isso, a estrutura binária consolida, em termos, a coerência entre sexo, gênero e desejo e, também anula ou elimina múltiplas identidades sexuais que rompem com a “hegemonia heterossexual, reprodutiva e médico-jurídica” (BUTLER, 2015: 47). Esse binarismo tem como principal objetivo a reprodução, a partir da heterossexualidade compulsória e devido a isso, se a ela for suprimida, as pessoas seriam livres para terem diversas experiências sexuais que não apenas as experiências heterossexuais (WITTIG *apud* BUTLER, 2015).

2.8 REGULAÇÕES DE GÊNERO:

Desta forma, a teoria Queer, construída por Butler, afirma que através de um discurso ou linguagem, o gênero se torna uma norma regulatória implícita, através da regulação explícita da sexualidade, quando o gênero é reduzido à sexualidade e à heterossexualidade hierárquica (BUTLER, 2014). Essa passagem de Butler pode relacionar a questão da regulação do gênero e da sexualidade a partir de uma relação de poder:

Os sistemas jurídicos de poder produzem os sujeitos que subsequentemente passam a representar. As noções jurídicas de poder parecem regular a vida política em termos puramente negativos – isto é, por meio de limitação, proibição, regulamentação, controle e mesmo “proteção” dos indivíduos relacionados àquela estrutura política (BUTLER, 2015: 18-19).

Butler afirma que Foucault tinha a percepção de que o poder regulador, discutido anteriormente, influenciava tanto o gênero como outras normas sociais e culturais, ou seja, o gênero era parte de uma regulação do poder mais ampla (BUTLER, 2014: 252). No entanto, o que a autora contra argumenta é que “o gênero requer e institui seu próprio regime regulador e disciplinar específico” (BUTLER, 2014: 252). A norma, então, governa inteligibilidades, isso permite que algumas práticas sejam reconhecidas como tais, impondo uma regulação sobre o social e definindo parâmetros do que será reconhecido pela sociedade (BUTLER, 2014).

Outrossim, o gênero funciona como regulador quando ele assegura certas formas de relações sexuais reprodutivas e proíbe outras formas. Essa norma opera no âmbito de práticas sociais e não a partir de uma lei, além disso, elas podem ou não serem explícitas (BUTLER, 2014). Por isso, sendo o gênero uma norma, “isso não equivale a um modelo ao qual os indivíduos tentam se aproximar. Ao contrário, é uma forma de poder social que produz o campo inteligível de sujeitos e um aparato pelo qual o binarismo de gênero é instituído” (BUTLER, 2014 : 261). Nas palavras da autora:

Dizer que o gênero é uma norma não é exatamente o mesmo que dizer que existem visões normativas de feminilidade e de masculinidade, mesmo que tais visões normativas claramente existam. Gênero não é exatamente o que alguém é nem é precisamente o que alguém “é” nem é precisamente o que alguém “tem” (BUTLER, 2014: 253).

Gênero, portanto, é o instrumento que produz e normaliza as categorias do masculino e do feminino. Porém, supor que o gênero significa sempre e exclusivamente as matrizes masculinas e femininas, acarreta na exclusão de várias permutações de gênero que não se encaixam nesse binarismo (BUTLER, 2014). Por isso, segundo Butler, definir gênero olhando apenas para a expressão normativa e inteligível diante da sociedade, consolida e reforça o poder e a norma.

Diante disso, é necessário redefinir a noção gênero, como ele sendo o mecanismo pelo qual as noções de masculino e feminino são produzidas e naturalizadas, apesar disso, esse mecanismo pode muito bem ser o aparato através do qual esses termos podem ser desconstruídos e desnaturalizados (BUTLER, 2015: 253). Isso significa que o mesmo aparelho que estabelece a norma pode ser utilizado para suprimi-la. A passagem a seguir pode complementar essa discussão:

Um discurso restritivo sobre gênero que insista no binarismo homem e mulher como a maneira exclusiva de entender o campo do gênero atua no sentido de efetuar uma operação reguladora de poder que naturaliza a instância hegemônica e exclui a possibilidade de pensar a sua disrupção (BUTLER, 2014: 254).

Vale acrescentar que, de acordo com Butler (2014) as pessoas são reguladas pelo gênero quando elas se deparam em situações de inteligibilidade cultural, ou seja, quando os indivíduos desviam-se das normas de gênero e dos poderes regulatórios da medicina e do direito. A partir disso, punições sociais e legais são criadas, como por exemplo, “a correção cirúrgica de pessoas intersexuais, a patologização e criminalização médica e psiquiátrica” das

peessoas transexuais ou transgêneras, e também a criminalização de relações homossexuais (BUTLER, 2015: 271).

Destarte, o gênero não é redutível à heterossexualidade hierárquica, já que ele pode se reproduzir de diferentes formas e seu “binarismo não pode ser tomado como dado fora do quadro heterossexual”, uma vez que o gênero é internamente instável. As próprias pessoas transexuais evidenciam a quebra qualquer “determinismo causal entre sexualidade e gênero”. (BUTLER, 2014: 270)

A regulação, portanto, sendo aquilo que “constrói regularidades” e também um modo de disciplina e vigilância, não é apenas uma forma jurídica de poder, uma vez que como as regulações são baseadas em normas, elas podem ser reconstituídas e excluídas com o tempo (BUTLER, 2014: 271). Segundo Butler, essa regulação pode assumir uma forma legal, no entanto, ela não terá eficácia apenas pela sua dimensão legal, já que ela está vinculada ao processo de normalização (BUTLER, 2014). Por exemplo, Estados que criminalizam relações LGBTI’s, ou adoções por lésbicas ou gays, ou a entrada de gays no exército, além de proibirem essas atividades específicas, as regulações exercem outra atividade que permanece despercebida: “A produção de parâmetros de pessoas, isto é, a construção de pessoas de acordo com normas abstratas que ao mesmo tempo condicionam e excedem as vidas que fabricam – e quebram” (BUTLER, 2014: 272).

Por isso, é extremamente importante ter em mente os discursos que são criados com relação ao gênero e à sexualidade, para que seja possível compreender a razão pela qual as relações LGBTI’s são alvo de ataque por parte dos Estados gerando a sua criminalização. Como veremos a seguir, o caso de Uganda será bastante útil para que essas problemáticas sobre a regulação do gênero e da sexualidade sejam desvendadas.

3 A REGULAÇÃO HISTÓRICA E ATUAL DO GÊNERO E DA SEXUALIDADE EM UGANDA

O continente africano contém 35 dos 73 Estados que criminalizam diferentes orientações sexuais e identidades de gênero. Além disso, os países muçulmanos do norte da África, que possuem uma grande influência da religião em seus respectivos ordenamentos jurídicos, através da “Sharia”, ainda penalizam a homotranssexualidade com pena de morte. (ILGA, 2016). O caso específico de Uganda é importante por ser um exemplo contemporâneo que ganhou notoriedade internacional com o projeto de lei da anti-homossexualidade em 2009, e que ficou conhecida como “*Kill the gays Bill*”.

A partir disso, com o surgimento do debate sobre a homotranssexualidade no cenário internacional nos últimos anos, várias partes da África, como por exemplo Uganda, encontraram uma visão estereotipada de que a África seria um continente LGBTfóbico. No entanto, o que será visto nesse capítulo é que, de acordo com o histórico sobre a criminalização da homotranssexualidade em Uganda, a LGBTIfobia tão presente em diversos países africanos está totalmente relacionada com o processo colonizador e neocolonizador que esses países sofreram.

3.1 A ÁFRICA É UM CONTINENTE LGBTFÓBICO?

Diversos governantes e líderes de vários países africanos, com o objetivo de manter a criminalização da homotranssexualidade ou criminalizá-la através de legislações, utilizam o argumento de que essa prática seria um fenômeno estrangeiro, trazido pelo ocidente, ou seja, não africano. Tal posicionamento pode ser encontrado em discursos de vários líderes políticos e religiosos africanos, como por exemplo, Canon Joshua Taiwo, principal referência da Igreja Anglicana da Nigéria disse que a homotranssexualidade havia sido trazida para a Nigéria pelos soldados dos exércitos de países europeus que estavam participando das missões de operação de paz da ONU no país (KAOMA, 2009: 13) .

Além dele, os Presidentes Mugabe e Nujoma, respectivamente do Zimbábue e da Namíbia, também atacaram a homotranssexualidade como sendo importada do ocidente nos anos 1990 (AWONDO; GESCHIERE; REID, 2012: 147). Em 2011 - após uma declaração do Primeiro Ministro do Reino Unido dizendo que certas formas de ajuda usadas para o desenvolvimento bilateral poderiam ser reconsideradas caso Gana não descriminalizasse a

homotranssexualidade - alguns porta vozes pentecostais ganenses declararam que o governo não deve vender os seus princípios e valores cristãos, a fim de salvaguardar recursos vindos de países desenvolvidos (AWONDO; GESCHIERE; REID, 2012). O governo de Zâmbia também chegou a declarar que a homotranssexualidade é uma conspiração Norueguesa, depois que a embaixada da Noruega em Zâmbia entrevistou quando um ativista gay zambiano teve alguns problemas no país (HOAD, 2007 : 83). Ademais, o Presidente de Uganda, Yoweri Museveni, declarou que a “homossexualidade é uma cultura decadente, trazida pelos ocidentais e que é um perigo para os cristãos” (HUMAN RIGHTS WATCH, 2013 : 85).

Todos esses discursos e posições levaram a comunidade internacional a questionar se a homotranssexualidade era ou não africana. Alguns dos discursos de líderes políticos e religiosos relacionados com a questão LGBTI são apresentados como anticoloniais e nacionalistas, ou seja, eles insistem fortemente que a ideia de relações entre pessoas do mesmo sexo e/ou gêneros desviantes da norma social eram práticas inexistentes no continente Africano. Eles argumentam que a homotranssexualidade foi trazida pelos países que colonizaram a África e, por isso, essas práticas deveriam ser exterminadas para que as influências estrangeiras, principalmente dos países que estiveram ali durante o período colonial, não persistissem no continente (AWONDO; GESCHIERE; REID, 2012).

Apesar de alguns discursos anticoloniais e nacionalistas tentarem argumentar que a homotranssexualidade é uma conspiração ocidental e que esse “comportamento” não faz parte da tradição africana, levando em consideração a tradição anterior ao colonialismo, Mark Mathuray, destaca que quando esses líderes africanos argumentam que a homotranssexualidade não é uma tradição africana, “suas reivindicações não são feitas apenas em nome de suas nações e sim para a África como a nação (MATHURY, 2000: 3). Como o discurso para a reprodução da nação, importado do ocidente, tem por base termos masculinos, os ataques contra a homotranssexualidade por parte dos líderes africanos, podem ser analisados a partir da ameaça que as pessoas LGBTI’s representam para a fraternidade masculina, que constituem e reproduzem a nação (MATHURY, 2000).

Sobre isso, é possível também realizar um paralelo entre a negação de direitos da população LGBTI em diversos países, como em Uganda, com o que Joan Scott (1989) argumenta em “Gênero: Uma categoria útil para análise histórica”. Ela afirma que o gênero “foi utilizado literalmente ou analogicamente pela teoria política, para justificar ou criticar o reinado de monarcas ou para expressar relações entre governantes e governados” (SCOTT,

1989 : 24). Isso significa que mudanças nas relações de gênero e das práticas sexuais da população, muitas vezes acontecem para que as necessidades do Estado ou do próprio governante, prevaleçam. Diversas legislações são criadas, em diferentes tipos de regimes políticos, com argumentos que permeiam a boa ordem do Estado e a boa ordem familiar. Sobre isso, Scott escreve que:

A ligação entre regimes autoritários e o controle das mulheres tem sido bem observada (...). Num momento crítico para a hegemonia jacobina durante a Revolução Francesa, na hora em que Stalin tomou o controle da autoridade, na época da operacionalização da política nazista na Alemanha ou do triunfo aiatola Khomeiny no Irã, em todas essas circunstâncias, os dirigentes que se afirmavam, legitimavam a dominação, a força, a autoridade central e o poder soberano identificando-os ao masculino, e traduziram literalmente esse código em leis que colocam as mulheres no seu lugar (SCOTT, 1989: 25).

Por isso, a tentativa dos diversos Estados autoritários africanos de legitimar a discriminação contra a população LGBTI - assim como foi feito com as mulheres em diversos outros regimes políticos - a partir da premissa da tradição, da boa ordem do Estado e da família, também tem fins políticos, que seriam exatamente excluir gays, lésbicas, bissexuais, transexuais e pessoas intersex dos direitos de cidadania. Isso aconteceria a partir da demarcação de limites de cidadania, como a imposição de códigos de vestimenta e de práticas sexuais e a não participação da vida política (SCOTT, 1989). Ou seja, com o banimento da homotransexualidade, o governo remove efetivamente os direitos humanos da comunidade LGBTI, uma vez que a codificação de certos termos sobre o gênero e sobre as práticas sexuais de homotransexuais naturaliza seus significados e afirma o controle ou a dominação sobre essas pessoas (MATHURY, 2000).

Ademais, o argumento de que a comunidade LGBTI é uma ameaça para os valores cristãos e para a família tradicional heterossexual revela como esses governantes e líderes estão sendo demagogos e errados em sua caracterização da homotransexualidade como não africana, uma vez que estes mesmos valores cristãos e a normatização da família monogâmica heterossexual, foram trazidos do ocidente, pelos países europeus durante o processo de colonização. (MATHURY, 2000)

Em vista disso, em resposta ao argumento de que a homotransexualidade não é uma tradição africana, alguns estudiosos enfatizam que as práticas homossexuais e de algumas identidades de gênero desviantes, têm uma longa história na África pré-colonial e que mais

importante que isso, a homofobia e a transfobia é que foram importadas do ocidente, ao invés da homotranssexualidade (AWONDO, GESCHIERE e REID, 2012: 148).

Sobre isso, alguns antropólogos, como por exemplo, Stephen Murray, Will Roscoe e John Faupel fornecem ampla evidência de que ao longo da história de diversos povos autóctones africanos, a homotranssexualidade sempre foi consistente dentro da lógica de seus sistemas culturais e de crenças. Muitos estudos antropológicos sobre relações entre pessoas do mesmo gênero demonstram que em algumas sociedades, no período pré-colonial do continente africano, existiram um vasto conjunto de práticas que envolvem o entendimento de gênero e sexualidade em toda África, incluindo os territórios onde hoje se encontra Uganda (SMUG, 2014 : 7).

Alguns desses estudos mostraram que as práticas que correspondem as práticas homotranssexuais de hoje foram institucionalizadas e aceitas em algumas comunidades africanas pré-coloniais. John Faupel analisou que em Buganda, um grande reino tradicional do povo “Ganda” que existe até os dias atuais no território de Uganda, a homotranssexualidade era praticada sem quaisquer punições criminais na corte do Rei Mwanga (FAUPEL *apud* JJUUKO, 2013 : 385). Inclusive, alguns documentos analisados por ele, revelam que o próprio rei tinha práticas homossexuais e por isso ele foi morto, assim como vários outros mártires de Uganda, principalmente por que, tendo sido introduzidos ao cristianismo durante a colonização, eles encontraram “tendências” homossexuais do rei em relação a eles e isso era considerado inaceitável sob a nova religião (JJUUKO, 2013 : 385).

Além de práticas que podem ser relacionadas com o que atualmente é visto como homotranssexualidade, na África subsaariana existiam também, em diversas comunidades, crenças e religiões que pregavam o respeito pelo próximo e a tolerância das diferenças. Como por exemplo, o Ubuntu, que comumente é referido como “Humanismo Africano” (SMUG, 2014 : 11), é um termo proveniente da língua Bantu, falada em muitos lugares da África até os dias atuais. Essa filosofia africana é um conceito complexo e multidimensional que muitos estudiosos dizem ser muito difícil de ser traduzido para línguas que são provenientes da Europa (SMUG, 2014). O Arcebispo Desmond Tutu define Ubuntu da seguinte forma:

A essência de ser uma pessoa. Isso significa que somos pessoas através de outras pessoas. Nós não podemos ser plenamente humanos sozinhos. Somos feitos para uma interdependência, somos feitos para a família. Quando você tem ubuntu, você abraçar outros. Você é generoso, compassivo. Uma pessoa com ubuntu está aberta e disponível para os outros, afirmação dos outros,

não se sente ameaçada pelo fato dos outros serem bons e/ou capazes, para que ele ou ela tem uma autoconfiança adequada que vem da sabedoria de que ele ou ela pertence a um todo maior e é diminuído quando outros são humilhados ou diminuídos, quando outros são torturados ou oprimidos (SMUG, 2014: 12) ².

Dito isso, essa filosofia africana tem como diretriz a noção de que a pessoa só é uma pessoa através do reconhecimento do outro nas suas singularidades e diferenças. O Ubuntu, portanto, salienta a interligação dos seres humanos, além das diferenças tais como raça, etnia, gênero, religião ou orientação sexual e, ainda reconhece a importância de sua individualidade e identidade por intermédio das interdependências comuns, compartilhamento, obrigações recíprocas e responsabilidades (SMUG, 2014).

Dada a evidência antropológica e histórica de práticas de relações entre pessoas do mesmo sexo e crenças, religiosas ou filosóficas, que pregam o respeito e a interdependência entre os seres-humanos, em diversas regiões da África pré-colonial, a afirmação de que a homotranssexualidade não é Africana não pode ser sustentada. O que na verdade não era uma prática africana, no período pré-colonial, é a intolerância à homotranssexualidade e a perseguição generalizada às pessoas LGBTI's (SMUG, 2014).

3.2 AS ORIGENS DAS LEIS QUE CRIMINALIZAM A SODOMIA NAS EX-COLÔNIAS BRITÂNICAS

A prova de que a intolerância contra as pessoas LGBTI's em diversos países na África é proveniente do ocidente, é o fato de que os artigos que criminalizam a homotranssexualidade nos códigos penais de vários países que são ex-colônia britânicas, incluindo Uganda, foram copiados das leis da antiga potência colonial.

As leis que regem as relações entre pessoas do mesmo gênero e que foram promulgadas no Reino Unido e adotadas em suas ex-colônias eram conhecidas como “lei de sodomia” que serviam para regular “crimes não naturais”. A sodomia é uma palavra retirada de textos bíblicos e que era utilizada para descrever interações sexuais que eram consideradas não naturais, como por exemplo, sexo anal, sexo oral e sexo entre duas pessoas do mesmo gênero (HUMAN RIGHTS WATCH, 2013).

² Tradução livre.

Assim, a origem das leis anti-LGBT's que regem ou regiram a conduta sexual entre pessoas do mesmo gênero (principalmente entre homens) em Uganda e em outras ex-colônias britânicas datam do final do século XIX e início do século XX, com a preparação do código penal indiano (CPI) e mais especificamente, com a introdução do artigo 377 do código, pelos colonizadores ingleses, em 1860. O artigo 377 se estendia às ofensas não naturais;

Artigo 377: Crimes não naturais – Qualquer um que voluntariamente tenha relações carnavais contra a ordem da natureza com qualquer homem, mulher ou animal, será punido com prisão perpétua ou com pena de prisão... por um período que pode ir até 10 anos e será passível de multa.

Explicação – A penetração é suficiente para constituir a relação sexual necessária para o delito descrito neste artigo (HUMAN RIGHTS WATCH, 2013: 95)³.

Isso significa que a introdução do artigo 377, no código penal indiano, estendia-se a toda e qualquer relação sexual “não natural”, envolvendo a inserção peniana ou por conhecimento carnal⁴. Assim, mesmo atos sexuais considerados consensuais que envolvessem a penetração anal, poderiam ser punidos nos termos desta lei (SMUG, 2014). Além disso, a “lei de sodomia” tornou-se um modelo para diversas outras colônias britânicas, como por exemplo, Malásia, Uganda, Botsuana, Gâmbia, Nigéria, Somália, Zâmbia, Austrália etc (HUMAN RIGHTS WATCH, 2013).

Os legisladores colonialistas introduziram essas leis sem que nenhum debate ou consulta fosse feita na cultura local, uma vez que a dominação colonial daquela época se dava dessa forma, ou seja, elas tinham a função de apoiar o controle colonial (HUMAN RIGHTS WATCH, 2013). Ademais, eles acreditavam que as leis poderiam impor uma moralidade europeia em massas resistentes, uma vez que, segundo os colonizadores, os nativos não puniam sexo de forma perversa o suficiente. Por isso, os colonizados necessitavam de reeducação compulsória dos costumes sexuais (HUMAN RIGHTS WATCH, 2013). Apesar disso, a principal função dessa legislação colonial era controlar o apetite sexual dos nativos para que o trabalho compulsório não fosse afetado e por consequência toda a produção que era exportada para a Europa (HUMAN RIGHTS WATCH, 2013).

³ Tradução livre.

⁴ Carnal Knowledge (Tradução livre).

O artigo 377, no princípio, não respondia à cultura indiana ou seus valores e moral e ela foi incorporada no código penal indiano de forma não democrática. A “lei de sodomia”, refletia apenas os valores judaico-cristãos do Reino Unido provenientes do tratamento que era dado na Idade Média com relação a qualquer ato sexual considerado “sujo” ou “poluente” (HUMAN RIGHTS WATCH, 2013: 92), como por exemplo, em alguns lugares, a sodomia abrangia relações sexuais com turcos, árabes e até judeus.

Como resultado, o artigo 377, assim como todo o código indiano, foi modificado, reinterpretado e exportado para diversas outras colônias britânicas, o tornando um modelo para os sistemas legais de vários lugares da Ásia e África. Os territórios que hoje são Singapura, Malásia e Brunei, aderiram o código penal indiano em 1871 e entre 1897 e 1902, os administradores britânicos aplicaram o código nas diversas colônias africanas, inclusive Uganda (HUMAN RIGHTS WATCH, 2013).

Após a elaboração do código penal indiano, o Reino Unido elaborou, em 1899, o código penal da colônia australiana de Queensland (CPQ). Após sua entrada em vigor, em 1901, ele se tornou o segundo código penal mais influente de todo o império britânico, especialmente na África britânica (HUMAN RIGHTS WATCH, 2013). Assim como na Índia, essa nova legislação também continha o artigo que era responsável por regular crimes de “ofensas não naturais” (HUMAN RIGHTS WATCH, 2013 : 98) que nesse caso se deu pelo artigo 208 que expressava que:

Qualquer pessoa que—

- a) manter relação sexual com qualquer pessoa contra a ordem da natureza ou ;
- b) manter relações sexuais com animais ou;
- c) permitir que um homem tenha relação sexual com ele ou ela contra a ordem da natureza, é culpado do crime e será condenado à prisão por quatorze anos (HUMAN RIGHTS WATCH, 2013 : 98)⁵

O tópico “c” acabou eliminando as ambiguidades do código penal indiano, ou seja, deixou claro que ambos os indivíduos na relação sexual eram criminosos. Além disso, o CPQ também aprofundou ao incorporar a disposição de “tentativa de crimes de ofensas não naturais”⁶ e também a disposição de atentado violento ao pudor (HUMAN RIGHTS WATCH,

⁵ Tradução livre.

⁶ Tradução livre.

2013: 98). Sendo assim, mesmo um ato sexual que não resultou em penetração de fato, poderia ser chamado de “ofensa não natural” (HUMAN RIGHTS WATCH, 2013).

A partir desse cenário, algumas generalizações surgiram. Primeiramente, as disposições sobre a antisodomia nos códigos penais indianos e de Queensland foram constantemente defendidas pelos políticos e legisladores britânicos como parte dos valores nativos, no entanto nunca se soube de um processo deliberativo entre os nativos. Em segundo lugar, os termos e a linguagem utilizada para definir o que se entendia por “ofensas não naturais” era sempre proveniente da moral europeia cristã, que servia como justificativa para uma legislação autoritária e colonizadora. (HUMAN RIGHTS WATCH, 2013: 100).

Portanto, apesar do CPI e do CPQ e suas seções sobre “crimes de ofensas não naturais” terem sido e ainda serem tidos por muitos países como um modelo de lei para criminalizar a homotranssexualidade, ela era na verdade somente uma tentativa colonial de definir padrões de comportamentos. Ou seja, ela foi introduzida tanto para modificar o que os colonos viram como inaceitável ou permissivo na cultura nativa e assim, “civilizar” ou “curar” o colonizado, como também para impedir a “infecção moral” (SMUG, 2014 : 10) dos próprios colonos britânicos no ambiente nativo e assim protege-los contra “lapsos morais” (HUMAN RIGHTS WATCH, 2013 : 86).

Algumas outras potências coloniais também exportaram leis de sodomia para suas colônias. A título de exemplo, a França, apesar de ter descriminalizado as práticas homossexuais consensuais em 1791, manteve a lei de sodomia em algumas colônias, pelo mesmo motivo britânico, controlar socialmente a população nativa. Algumas dessas ex-colônias francesas ainda possuem essas leis, dentre elas, Benin, Camarões e Senegal (HUMAN RIGHTS WATCH, 2013). No entanto, a colonização francesa teve menos impacto do que a britânica no que se refere a imposição de “leis de sodomia”, pelo fato de a Assembleia Constituinte Revolucionária de 1789 a 1791 ter revogado a lei que criminalizava a sodomia na França, ou seja, bem antes da criação do Código Penal Indiano. Ademais, a lei britânica teve uma abrangência muito maior, devido a persistência da lei em diversas ex-colônias britânicas até os dias atuais, sendo que 36 ex-colônias britânicas ainda criminalizam a homotranssexualidade, enquanto que apenas 9 ex-colônias francesas mantêm esse dispositivo legal (HUMAN RIGHTS WATCH, 2013 : 88).

Com o declínio do poder imperial da Grã-Bretanha na década de 1950 e 1960, foi realizado um estudo por diversos especialistas legais que resultou na publicação do Relatório

de Wolfenden em 1957, pelo Comitê sobre Crimes Homossexuais e Prostituição da Grã-Bretanha. Este documento continha recomendações com relação a leis que legislavam sobre a conduta sexual dos cidadãos britânicos e por fim propunha que as leis que criminalizavam “práticas homossexuais privadas e consensuais deveriam ser revogadas e retiradas do código penal britânico” (HUMAN RIGHTS WATCH, 2013 : 88). O relatório dizia que:

A função da lei é a preservação da ordem pública e da decência, para proteger o cidadão do que é ofensivo ou prejudicial e, para fornecer garantias suficiente contra a exploração e corrupção dos outros ... A função da lei, não é, a nosso ver, intervir na vida privada dos cidadão ou obter a execução de qualquer padrão particular de comportamento (COMMITTEE ON HOMOSEXUAL OFFENCES AND PROSTITUTION, 1957).

Dez anos após a publicação do relatório de Wolfenden, em 1967, a conduta homossexual consensual foi descriminalizada na Inglaterra e no País de Gales (HUMAN RIGHTS WATCH, 2013). No entanto, a maioria das colônias britânicas já havia atingido a independência nesse período, por conseguinte, as leis de sodomia, criadas pelo Reino Unido, foram revogadas por este, porém, elas continuaram nos diversos países recém independentes da África, Ásia e Américas.

3.3 A COLONIZAÇÃO DA SEXUALIDADE EM UGANDA

As leis relacionadas à criminalização da homotranssexualidade em Uganda, como já dito anteriormente, foram incorporadas, de forma impositiva, a partir das leis coloniais britânicas. Uganda atingiu sua independência em nove de outubro de 1962, isto é, após as recomendações do relatório de Wolfenden de 1957, no entanto, a perda de status de colônia do Reino Unido ocorreu anterior a aprovação da legislação em que o país descriminalizou a conduta homossexual em 1967 (HUMAN RIGHTS WATCH, 2013). Dessa forma, toda a legislação de Uganda existente até a independência, incluindo as disposições sobre as práticas sexuais e de casamento, ficou mantida no código penal do país, enquanto que no Reino Unido elas foram revogadas poucos anos depois (WARD, 2013).

O código penal de Uganda do ano de 1950 foi bastante influenciado pelos códigos penais indiano e de Queensland e apesar de ter sofrido diversas emendas, os artigos que criminalizam crimes “não naturais” persistiram e estão em vigor até hoje. O código prevê o seguinte:

145. Crimes não naturais:

Todo indivíduo que – tiver conhecimento carnal de qualquer pessoa contra a ordem da natureza, manter relações sexuais com animais; ou permitir que um homem tenha relação sexual com ele contra a ordem da natureza, comete um crime e é passível de pena de prisão perpétua.

146. Tentativa de cometer crimes não naturais:

Qualquer pessoa que tentar cometer qualquer um dos delitos especificados no artigo 145 comete um crime e é condenado à prisão por sete anos.

148. Práticas Indecentes:

Qualquer pessoa que, seja em público ou em privado, cometer qualquer ato considerado atentado violento ao pudor com outra pessoa ou procurar outra pessoa para cometer qualquer ato indecente com ele ou com ela, seja em público ou em privado, comete um crime e é condenado à prisão por sete anos. (UGANDA, 1950 : 61)⁷

Apesar desses artigos não mencionarem de fato a homotransexualidade, eles são utilizados para criminalizá-la, uma vez que no imaginário do governo e da justiça ugandense, a homotransexualidade é uma prática que vai contra a ordem da natureza e pode ser considerada um crime de atentado ao pudor quando pessoas homotransexuais são identificadas em público. Alguns exemplos seriam: dois homens ou duas mulheres se beijando e/ou uma mulher ou homem claramente identificados como transexual.

Geralmente, o artigo 145 demanda como prova de que a prática homossexual ocorreu, a penetração anal. Por outro lado, o artigo 148 que legisla sobre o atentado violento ao pudor, em comparação com o artigo 145, não necessariamente demanda como prova, a penetração (ENGLANDER, 2011). Por esse motivo, ele pode ser considerado um dos mais problemáticos de todos, por diversos motivos. Primeiramente, devido a dificuldade de encontrar provas concretas, as autoridades suspeitam que determinadas pessoas são homotransexuais e assim “as violentam, abusam e humilham com base apenas em estereótipos e preconceitos” (ENGLANDER, 2011 : 1267). Em segundo lugar, as mulheres lésbicas são excluídas de qualquer punição no que se refere “ao crime de conhecimento carnal, uma vez que o ato sexual entre elas não envolvem um órgão sexual de penetração” (ENGLANDER, 2011 : 1267), no entanto, elas poderiam ser punidas de acordo com o artigo que prevê o atentado violento ao pudor. Por último, o artigo 148 possibilita a criminalização não somente dos atos sexuais entre os indivíduos, mas também a identidade das pessoas homotransexuais (ENGLANDER, 2011).

⁷ Tradução Livre.

Os artigos 145, 146 e 148 do código penal ugandense já foram levados a corte suprema de Uganda com o argumento de que esses artigos violam a constituição de Uganda. Em resposta, a corte emitiu duas decisões que basicamente determinavam que “todos/as ugandenses são livres e possuem os mesmo direitos prescritos na Constituição, independente da orientação sexual” (ORAM, 2014 : 24) . No entanto, nenhuma das decisões indicaram os artigos 145 e 148 como inconstitucionais e assim, eles permaneceram no código penal, com o argumento de que este não proibia a homotranssexualidade e sim apenas atos sexuais considerados “não naturais” ou proibidos, independente da identidade sexual ou de gênero dos atores (ORAM, 2014).

Não obstante, as autoridades policiais não aderiram a essa distinção, uma vez que a homotranssexualidade para eles significa somente uma violação da lei de sodomia, ou seja, as identidades das pessoas são diminuídas a atos sexuais proibidos. Quando essas pessoas quebram as normas sociais heteronormativas e de gênero, de acordo com a mentalidade das autoridades ugandenses, elas estariam automaticamente praticando a sodomia e, por isso, são privadas de liberdade e/ou violentadas, sem que elas realmente tenham praticado algum ato sexual ilícito ou “não natural” (ORAM, 2014).

Dito isso, fica bem evidente que o Governo de Uganda patrocina a repressão às pessoas LGBTI's a partir de métodos legais, o que influencia no crescimento de atos homotransfóbicos no país nos últimos anos. O Presidente de Uganda, Yoweri Museveni, está no poder desde 29 de janeiro de 1986 e ganhou uma enorme reputação de hostilidade para com a causa da igualdade LGBTI durante todo o seu mandato. Isso foi comprovado em um seu discurso durante uma conferência de imprensa em 1998, quando ele disse que:

Quando eu estava nos Estados Unidos, há algum tempo atrás, eu vi por volta de 300.000 homossexuais. Se você achar 20 homossexuais aqui em Uganda, eu irei dispersá-los (HUMAN RIGHTS WATCH, 2013 : 112).

No entanto, é importante ressaltar que isso é mais uma consequência do processo de colonização da sexualidade que Uganda sofreu durante décadas, assim como vários outros países africanos (ORAM, 2014). As ordens políticas estabelecidas nos séculos XIX e XX, durante a colonização, foram decisivas para formar os sistemas políticos atuais das ex-colônias britânicas e para colonizar a sexualidade dos corpos que viviam naquele território. Isso significa que, o legado colonial britânico foi extremamente prejudicial para os direitos e a liberdade da comunidade LGBTI em Uganda por impor uma série de códigos penais que

tinham como alvo as pessoas homotranssexuais, enquanto que naquela época outras culturas e países europeus já não condenavam a sodomia. Por isso o Imperio Britânico emerge como um responsável substancial pela instalação da homotransfobia em Uganda (HAN e O'MAHONEY, 2014 : 285).

3.4 A PROPOSTA DA LEI “ANTI GAYS” E A NEOCOLONIZAÇÃO DA SEXUALIDADE EM UGANDA:

A homotransfobia, como dito no tópico anterior, se instalou em Uganda principalmente a partir da legislação colonial do Reino Unido, assim como em várias outras colônias britânicas. No entanto, a existência evidente da intolerância e de atitudes discriminatórias contra a população LGBTI em Uganda, tem origem também no fato de o país ter se tornado uma nação largamente cristã⁸ durante e após a colonização. Ou seja, além do respaldo legal, proveniente das leis britânicas coloniais, as razões para a criminalização das “práticas homossexuais” também são justificadas, principalmente, com ideias de base religiosa, que também foram incorporadas na sociedade ugandense a partir do ocidente. Vários grupos religiosos, principalmente evangélicos, que possuem base nos Estados Unidos, alimentam grande parte do evidente fervor religioso que existe dentro das instituições políticas de Uganda (ENGLANDER, 2011).

Os norte-americanos começaram a ter uma grande influência em Uganda, após a independência do país, assim como em diversos outros países africanos. Essa presença americana se intensificou, principalmente, a partir da década de 90, quando diversas redes de igrejas e instituições evangélicas americanas foram para Uganda com o intuito de disseminar suas crenças que são baseadas na intolerância e na violência contra pessoas LGBTI's (ENGLANDER, 2011: 1270). Um dos principais argumentos utilizados pelos líderes das igrejas americanas e pelos missionários, para justificarem o motivo da ida deles para a Uganda, se baseia no fato da guerra cultural já ter sido perdida nos Estados Unidos enquanto que em países africanos essa “guerra” ainda não foi perdida. Isto é, em Uganda ainda seria possível que a “imoralidade sexual” fosse dizimada (WILLIAMS, 2013). Essa “guerra cultural” se refere principalmente à conquista de direitos civis igualitários para a população LGBTI a nível nacional nos Estados Unidos.

⁸ Cerca de 85% da população de Uganda pratica o cristianismo. (ORAM, 2014)

For years, American fundamentalists have looked on Uganda as a laboratory for theocracy. . . . They sent not just money and missionaries but ideas, and if the money disappeared and the missionaries came and went, the ideas took hold. . . . Ugandan politicians attend prayer breakfasts in America and cut deals with American businessmen. American evangelicals, in turn, hold up Ugandan congregations as role models for their own It is a classic fundamentalist maneuver: move a fight you can't win in the center to the margins, then broadcast the results back home (SHARLET apud ENGLANDER, 2011 : 1273).

Atualmente, o grupo “*Fellowship*”, é um dos principais articuladores religiosos americanos que possui grande força na sociedade ugandense e que ajuda o governo no desenvolvimento da erradicação da homotranssexualidade, acarretando o aumento dos níveis de violência homotransfóbica em todos os níveis institucionais de Uganda. Como prova disso, o grupo teve um papel importantíssimo na introdução da “lei anti gays” no parlamento ugandense em 14 de outubro de 2009, pelo parlamentar David Bahati, uma vez que a maior parte das ideias que levaram a elaboração dos artigos da lei vieram, principalmente, do relacionamento entre o parlamentar Bahati e o grupo *Fellowship* (ENGLANDER, 2011). A exemplo disso, quando perguntado em uma entrevista sobre a conexão entre a “lei anti gays” e o grupo americano evangélico, Bahati respondeu: “Não existe nenhuma conexão. Eles são a mesma coisa. A “lei anti-gay” é o grupo *Fellowship*.” (SHARLET apud ENGLANDER, 2011 : 1273)

Além do grupo “*Fellowship*”, outras personalidades cristãs americanas também apresentaram papéis importantes na promulgação da Lei Anti-homossexualidade, como por exemplo, os líderes evangélicos Scott Lively, Caleb Lee Brundidge e Don Schmierer que participaram de uma conferência em Kampala, capital de Uganda, que tinha como objetivo defender que os “homossexuais ameaçam os valores bíblicos e a família tradicional africana” (ENGLANDER, 2011 : 1272). A conferência foi organizada pela “*Family Life Network*”, uma rede de rádio evangélica americana com base em Kampala que diz trabalhar pela restauração dos valores da família na sociedade ugandense e que tem como líder Stephen Langa, um dos maiores oponentes da justiça reprodutiva e um dos maiores disseminadores da homotransfobia em Uganda. Milhares de pessoas compareceram à conferência para discutir como tornar pessoas homossexuais em heterossexuais e como o movimento LGBTI é uma má instituição que pretende acabar com a sociedade baseada em casamentos substituindo para uma cultura sexual promíscua. (ENGLANDER, 2011)

Um mês após essa conferência, em 29 de Abril de 2009, a proposta da Lei Anti-homossexualidade, mais conhecida como “lei anti gays” foi apresentada no parlamento ugandense por Bahati. Ela foi apresentada como uma forma de caracterizar a homotransexualidade como uma ameaça para a sociedade ugandense e os homossexuais como indivíduos que se dedicam à “promiscuidade”, “abuso sexual” e “desvios morais” (ORAM, 2014 : 25 e 26). Ou seja, a homotransexualidade se transformou em algo relacionado com a pedofilia, abuso sexual de crianças e o aumento da epidemia de HIV/AIDS.

A lei se referia principalmente a homossexualidade, ou seja, à orientação sexual, no entanto, a cláusula 18 menciona aspectos sobre a identidade de gênero e a transexualidade, dizendo que: “Identidade de gênero não deverá ser utilizada, de forma alguma, para legitimar a homossexualidade, “disforias de gênero” e outras práticas relacionadas em Uganda” (AMNESTY INTERNATIONAL, 2010 : 6). Portanto, as pessoas transexuais também seriam criminalizadas de acordo com a lei, uma vez que independente da orientação sexual, grande parte delas não estão enquadradas nas normas binárias de gênero – feminino e masculino – e se percebidas como diferentes pelo comportamento, vestimenta ou aparência serão agredidas e presas, já que a conduta sexual também é relacionada recorrentemente com a não conformidade de gênero (AMNESTY INTERNATIONAL, 2010 : 6).

Por conseguinte, a “lei anti gays” resolveria qualquer ambiguidade e dúvida com relação a aplicação dos códigos sobre “crimes não naturais” do código penal de 1950 para pessoas LGBTI’s, uma vez que os termos homossexualidade, identidade de gênero e gay estariam explicitamente descritos nas cláusulas da nova lei. Além disso, na lei existe a descrição de todas as práticas que seriam consideradas como “crimes homossexuais”, como por exemplo:

2. O crime de Homossexualidade.

(1) A pessoa comete o crime de homossexualidade se:

- (a) Ele penetra no ânus ou na boca de outra pessoa do mesmo sexo com seu pênis ou qualquer outro objeto sexual
- (b) Qualquer pessoa usar objetos sexuais para penetrar e estimular o órgão sexual de uma pessoa do mesmo gênero;

(c) Qualquer pessoa tocar outra pessoa com a intenção de cometer o ato de homossexualidade. (UGANDA, 2014)⁹

Entretanto, de acordo com essas práticas descritas, a “lei anti gays”, assim, como a lei vigente do código penal de 1950, se mostra extremamente falocêntrica¹⁰. Isso se deve ao fato de as mulheres lésbicas ou bissexuais não serem punidas de acordo com a cláusula de atentado violento ao pudor, por não terem um pênis, ou seja, não poderiam penetrar outra pessoa (TIBATEMWA e EKIRIKUBINZA *apud* HUMAN RIGHTS WATCH, 2013). Assim, os homens gays e as mulheres transexuais deveriam ser criminalizados/as por não estarem representando o homem dominador e forte e sim a submissão e fragilidade da mulher, que é vista como algo negativo e que os homens não devem se submeter. Sobre isso, Simone de Beauvoir (1967), ao descrever a lésbica, argumenta que:

O pederasta¹¹ inspira hostilidade aos heterossexuais masculinos e feminino porque estes exibem que o homem seja um sujeito dominador; ao contrário ambos os sexos consideram as lésbicas com indulgência (...) Uma mulher heterossexual tem facilmente amizade por certos pederastas porque encontra segurança e divertimento nessas relações assexuadas. Mas em conjunto (com os homens heterossexuais), sente hostilidade contra esses homens, em si ou em outrem, degradam o macho soberano, transformando-o em coisa passiva (BEAUVOIR, 1967 : 147).

Como consequência, as penalidades seriam mais severas, em relação ao código penal de 1950. Como por exemplo, alguns “atos homossexuais” teriam as penas aumentadas de sete anos de prisão para prisão perpétua. Os condenados por “homossexualidade grave” - atos sexuais “homossexuais” em que existe o envolvimento de menores de idade, pessoas soropositivas e/ou com alguma deficiência - enfrentariam a pena de morte. No entanto, alguns supostos defensores de Direitos Humanos do parlamento de Uganda, desencorajaram a pena de morte e assim, ela foi substituída por prisão perpétua (PERSAD, 2010).

Em 20 de dezembro de 2013 a lei foi aprovada pelo parlamento de Uganda e em 24 de fevereiro de 2014 ela foi assinada pelo Presidente Museveni, o que levou a comunidade internacional a ter um olhar diferenciado sobre o que estava ocorrendo no país. Entretanto, no dia 01 de Agosto de 2014, a Corte Constitucional de Uganda julgou a lei como nula e sem

⁹ Tradução Livre.

¹⁰ Falocentrismo é caracterizado por comportamentos baseados na ideia da superioridade masculina, a partir da representação do falo com valor significativo.

¹¹ O termo “pederastas” vem de “pederastia” que significa o relacionamento erótico entre dois homens.

força legal, algo que foi celebrado por diversos defensores dos direitos LGBTI's em Uganda e em todo o mundo. Porém, os militantes alertaram que a homotranssexualidade continuaria criminalizada sob as cláusulas colônias do código penal de 1950, assim como também persistiria no país, as influências religiosas americanas e a homotransfobia.

Para analisar como se dá essa influência dos missionários e líderes evangélicos americanos no processo de neocolonização da sexualidade e no agravamento da homotransfobia em Uganda, o diretor Roger Ross Williams produziu o documentário intitulado “O Evangelho da Intolerância” no qual é possível perceber que as igrejas americanas, como a “*International House of Prayer*”, estão enviando milhões de dólares para Uganda, ao financiarem pastores ugandenses e patrocinarem missionários, para espalharem sua mensagem e aplicar a lei bíblica (WILLIAMS, 2013). As campanhas, na maioria das vezes, pedem contribuições e doações com o argumento de que o dinheiro será utilizado para alimentar pessoas carentes e abrigar crianças órfãs, porém, a maior parte do dinheiro serve para “alimentar uma ideologia perigosa que prega que pessoas LGBTI's não merecem o reino de Deus e ameaçam a sociedade” (WILLIAMS, 2013). De acordo com Williams:

Por causa do dinheiro investido, evangélicos americanos têm muita influência no país. Mas, o que pode parecer retórica nos Estados Unidos, ganha proporções muito maiores em países como Uganda e quem paga o preço são as minorias sexuais e de gênero (WILLIAMS, 2013).

Em outras palavras, alguns discursos intolerantes de alguns pastores americanos não ecoam na sociedade americana, mas por outro lado servem de combustível para persuadirem e colonizarem as sexualidades de diversas pessoas em Uganda. Para exemplificar como essa neocolonização acontece, o diretor da “*International House of Prayer*” diz no documentário que eles precisam ir para Uganda e investir em igrejas lá, pelo fato de os Estados Unidos ser o país mais próspero e rico do mundo e por esse motivo, eles teriam a responsabilidade de influenciar outros países - como é o caso de Uganda - contra a “imoralidade sexual” (WILLIAMS, 2013). Outro ex-líder da mesma instituição também relata que como o ocidente está em declínio, “a África é um caldeirão de renovação espiritual” onde os princípios e valores do cristianismo irão determinar quais estilos de vida são melhores para aquela população (WILLIAMS, 2013).

Essa estratégia demonstra que existem esforços por parte dessas igrejas em globalizar as guerras culturais norte-americanas e que os evangélicos conservadores norte-americanos têm fundado laços com lideranças africanas, a fim de influenciar as culturas locais. A

legislação em Uganda seria uma das formas que eles encontraram para conseguirem enraizar esses valores religiosos conservadores em Uganda (KAOMA, 2009). No entanto, como dito no tópico 2.1, muitas igrejas ugandenses – ironicamente - têm se posicionado contra o neocolonialismo de todas as formas, como a rejeição das contribuições provenientes dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio da ONU¹² e de outros programas de organizações internacionais. Porém, mesmo muitas igrejas ugandenses tendo esse posicionamento, os conservadores religiosos americanos conseguiram, “de forma imperialista”, adentrar todos os âmbitos institucionais de Uganda, disseminando discursos extremamente LGBTIfóbicos e reforçando a moral sexual heterossexista que fora incorporada na cultura ugandense pelos britânicos, durante a colonização (KAOMA, 2009 : 7).

¹² Tratava sobre questões de pobreza, fome, educação universal, igualdade de gênero, combate à epidemia do HIV/AIDS, saúde maternal etc

4 DESDOBRAMENTOS DA CRIMINALIZAÇÃO DA HOMOTRANSEXUALIDADE EM UGANDA E ESTRATÉGIAS PARA A PROTEÇÃO INTERNACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS DE LGBTI'S

Esse capítulo irá investigar, em primeiro lugar, como as consequências geradas pela criminalização da homotransexualidade afetam todo o desenvolvimento socioeconômico ugandense, além de aumentar as taxas de violência LGBTIfóbica. Em segundo lugar, o capítulo irá tratar sobre as redes transnacionais de *advocacy* e, como que elas foram e ainda são extremamente importantes para os movimentos sociais de Uganda. Por último, veremos cinco estratégias que as organizações internacionais devem seguir para que a proteção internacional dos Direitos Humanos das pessoas LGBTI's, alcance seus objetivos de fato.

4.1 CONSEQUÊNCIAS DA CRIMINALIZAÇÃO DA HOMOTRANSEXUALIDADE EM UGANDA

Com todo esse quadro de homotransfobia, patrocinada pelo Estado Ugandense e por instituições religiosas americanas, influenciando a religião, a mídia, a educação e diversas outras instituições, as violações de Direitos Humanos contra as pessoas LGBTI's chegaram a níveis extremamente altos.

Primeiramente, uma das maiores consequências da criminalização da homotransexualidade é a violação de direitos já estabelecidos pela Constituição de Uganda e que vão contra as cartas da União Africana e da ONU, organismos esses que Uganda faz parte. Por exemplo, a criminalização de condutas sexuais e afetivas entre pessoas do mesmo gênero e/ou de expressões de gênero que vão contra a norma social em Uganda, viola o direito de ser livre de discriminação, ou seja, viola a própria constituição de Uganda que diz que: “Todas as pessoas são iguais perante a lei em todas as esferas políticas, econômicas, sociais e culturais e todos gozam de igual proteção da lei” (AMNESTY INTERNATIONAL, 2010: 7).

Além disso, o artigo 2 da Carta Africana prevê que todos os indivíduos estão submetidos aos direitos da carta “sem distinção de qualquer tipo, tais como raça, grupo étnico, cor, sexo, língua, religião, opinião política, origem nacional ou social, fortuna, nascimento ou qualquer outro status” (AMNESTY INTERNATIONAL, 2010 : 7). Isso significa que toda a comunidade LGBTI, está sob proteção de diversos mecanismos legais, tanto nacionais quanto internacionais e que a criminalização está automaticamente os violando.

O impacto da criminalização também se vê presente no fato de inúmeras pessoas LGBTI's estarem sendo perseguidas pela própria população, uma vez que a mídia tem tido um enorme papel no que se refere à disseminação da homotransfobia. Um exemplo disso foi o tabloide Ugandense “*Rolling Stone*” que publicou, após a aprovação da “lei anti gays” pelo Presidente Museveni, uma lista chamada “*Top Homos*”, que continha fotos de “supostos” homossexuais e que eles deveriam ser entregues à polícia (ENGLANDER, 2011). Além disso, diversos líderes evangélicos americanos e ugandenses sempre participam de programas de televisão e de rádio, apresentando discursos altamente intolerantes e conservadores.

Como consequência disso, inúmeras pessoas LGBTI's têm sido evitadas pela população e por isso, estão sendo expulsas de suas casas e demitidas de seus empregos, uma vez que os donos, empregadores e familiares acreditam que os policiais possam os incriminar por estarem propagando a homotransexualidade. Ademais, as próprias pessoas LGBTI's estão saindo de casa e até mesmo do país, já que dentro do âmbito doméstico, ocorrem violências sistemáticas por parte da família, amigos e outras pessoas que elas convivem (REGAN, 2014). Sendo assim, a quantidade de refugiados ugandenses que saíram do país, alegando perseguição baseada na orientação sexual e identidade de gênero, cresceu exponencialmente nos últimos anos, sendo os principais países de destino os Estados Unidos, o Reino Unido, o Canadá e a França (ORAM, 2014).

O setor da saúde também sofre graves consequências, uma vez que a criminalização da homotransexualidade tem sido uma das principais barreiras para a amplificação do programa de prevenção de HIV/AIDS e outras doenças sexualmente transmissíveis (DST's), principalmente entre as populações chaves de Homens que fazem sexo com Homens (HSH's)¹³, profissionais do sexo e mulheres transexuais (SEMUGOMA; BEYRER; BARAL, 2012). Ademais, as pessoas transexuais, por medo de serem perseguidas ou presas, não procuram atendimento correto, tanto para o HIV, quanto para o tratamento hormonal e/ou cirurgias de adequação de gênero, como por exemplo a transgenitalização, para mulheres transexuais e a mamoplastia masculinizadora, para homens transexuais. Sendo assim, elas se auto-hormonizam e, como em muitos outros países, se rendem ao tráfico internacional de pessoas, para que consigam cirurgias que muitas vezes são ilegais e altamente perigosas.

¹³ Homens que fazem sexo com homens (HSH's) engloba os homens cisgêneros que não se identificam como gays ou bissexuais, mas mantêm relações sexuais com outros homens cisgêneros gays ou heterossexuais (UNAIDS, 2010)

Apesar da resposta ao HIV em Uganda ter sido considerada um sucesso, devido à redução da prevalência do vírus na década de 90, o estigma e a discriminação contra LGBTI's dificulta o controle da epidemia da AIDS e a comunicação entre os pacientes e os sistemas de saúde. As próprias pessoas sentem medo de se testarem e de procurar o tratamento, por medo de serem violentados e entregues a polícia, além de os próprios profissionais de saúde negarem o atendimento ou informações.

Como prova disso, diversos projetos em Kampala, que realizavam a distribuição de preservativos, testes de HIV e informação para a população em geral e principalmente para pessoas LGBTI's, fecharam ou se sentiram forçadas a não atender essa população vulnerável, principalmente após a “lei anti gays” de 2009. Como a lei condenava pessoas que vivem com HIV, que tivessem relações sexuais homossexuais, à prisão perpetua, homens que fazem sexo com homens - incluindo gays e bissexuais – e mulheres transexuais, apresentam, até hoje, muito mais dificuldade de revelarem suas práticas sexuais, resultando em “erros de classificação de riscos ou vulnerabilidade”, com relação ao HIV, nos sistemas de saúde (SEMUGOMA; BEYRER; BARAL, 2012 : 175). Por isso, o fim do estigma e da discriminação contra pessoas que vivem com HIV e/ou LGBTI's é extremamente importante para elas sejam incluídas no tratamento e assim vençam a luta contra a epidemia da AIDS que é extremamente preocupante em diversos países africanos.

Além disso, diversos ativistas e pessoas LGBTI's ugandenses foram presos, torturados e sofreram diversos tipos de violência nos últimos anos, devido à criminalização. As pessoas transexuais, muitas vezes, são presas sob a alegação de estarem realizando falsidade ideológica, já que muitas não se identificam com o nome de nascença e são torturadas nas delegacias, tendo as partes íntimas revistadas e os rostos desfigurados (HUMAN RIGHTS WATCH, 2014).

Vale ressaltar que a legislação também traz efeitos nefastos para todo o desenvolvimento econômico e social de Uganda. Como exemplo, com a introdução da “lei anti gays” no país, diversos países e organizações como o FMI e o Banco Mundial cortaram as ajudas e empréstimos direcionados à Uganda, principalmente em 2013 (REGAN, 2014). Países como Alemanha, Suécia, Noruega, Dinamarca e Países Baixos cortaram doações e empréstimos que chegaram a aproximadamente US\$ 118 milhões de dólares (REGAN, 2014). Ademais, o Ministério da Saúde de Uganda também chegou a declarar que os fundos relacionados aos remédios antirretrovirais e kits de testes de HIV também foram suspensos, o

que deixou 500 mil pessoas que vivem com HIV sem tratamento (REGAN, 2014). Diversas empresas multinacionais, também desistiram de investir ou de continuar em Uganda, deixando milhares de pessoas desempregadas e vários projetos de cooperação entre Uganda e países defensores dos direitos LGBTI's foram cancelados, deixando um vácuo de desenvolvimento no país (REGAN, 2014).

Todo esse cenário de luta contra pessoas homotranssexuais aumentou ainda mais a homotransfobia entre os cidadãos ugandenses. Isso se reflete tanto no aumento das violências contra pessoas LGBTI's, quanto também no aumento do machismo e da misoginia em Uganda. Existe um medo, entre os homens heterossexuais e cisgêneros, de que eles sejam percebidos como gays e assim presos, o que os levam a exagerar e performar “todas as regras tradicionais de masculinidades” (RATELE, 2014 : 116). As consequências mais visíveis com relação a isso, é que a violência baseada no gênero, se torna sistemática tanto para as pessoas LGBTI's, quanto para as mulheres em geral, que muitas vezes estão em uma posição subalterna a dos homens (RATELE, 2014).

Resumindo, além das consequências supracitadas, a violação aos Direitos Humanos das pessoas LGBTI's afeta diversos direitos que estão garantidos em documentos que Uganda é signatário, como o direito à privacidade, o direito à liberdade e à segurança da pessoa, o direito à liberdade de expressão, o direito à liberdade religiosa, de pensamento e de consciência etc. Ou seja, os impactos da criminalização da homotranssexualidade foram e ainda têm sido bastante significativos, tanto para as pessoas LGBTI's, quanto para a economia e o desenvolvimento do país.

4.2 A LUTA PELA DESCRIMINALIZAÇÃO EM UGANDA E AS REDES TRANSNACIONAIS DE ATIVISMO LGBTI:

Diante dessas consequências citadas anteriormente, diversas formas de ativismos pró LGBTI se formaram em Uganda, com o intuito principal de pressionar o governo com relação à criminalização da homotranssexualidade, especialmente no início dos anos 2000. Surgiram organizações como a *Freedom and Roam Uganda* em 2003, o *Icebreaks Uganda* em 2004 e a *Sexual Minorities Uganda* (SMUG), que tinham a intenção inicial de apoiar a população LGBTI de Uganda assim como criar oportunidades políticas para que os direitos dessa comunidade fossem reconhecidos, em um período que as prisões e casos de tortura de LGBTI's, em razão de sua orientação sexual e/ou identidade de gênero, começaram a se

tornar preocupantes (NAGAMINE, 2014). Os ativistas e essas organizações se utilizaram do judiciário e do legislativo para tentarem alcançar seus objetivos, mas as redes transnacionais de *advocacy* e os movimentos sociais transnacionais foram essenciais para que a sensibilização da comunidade internacional para as questões LGBTI's em Uganda ocorresse, resultando na supressão da “lei anti gays” em agosto de 2014.

As redes transnacionais de *advocacy* cresceram principalmente no final do século XX, quando os Estados, as organizações internacionais e as organizações da sociedade civil começaram a ter uma interação maior, principalmente devido às mudanças provenientes do processo de globalização. Elas são chamadas de redes de *advocacy* pelo fato de ativistas e defensores de direitos humanos advogarem em favor da causa de pessoas e movimentos que estão em diversos lugares, de forma a criar uma rede transnacional para organizar e promover essas causas, ideias ou normas com o propósito de obter alguma mudança que não necessariamente irá afetar essas pessoas diretamente (KECK e SIKKINK, 1999).

Por conseguinte, essas redes contribuem para a convergência de normas sociais e culturais a fim de integrar processos regionais e internacionais, a partir da multiplicação das oportunidades para diálogo e conexões entre atores da sociedade civil, Estados e organizações internacionais (KECK e SIKKINK, 1999). Ou seja, a função principal das redes transnacionais de *advocacy* seria influenciar as organizações internacionais e pressionar o governo de Uganda para o cumprimento dos acordos e tratados internacionais relacionados à Direitos Humanos e direitos das pessoas LGBTI's, para que a situação de violência generalizada acabasse.

Para alcançar esse objetivo, as redes de Uganda pró-LGBTI construíram um *framing* ou enquadramento para o movimento social, dando um sentido e significado para os acontecimentos decorrentes da criminalização da homotransexualidade, gerando a ação coletiva. O *frame* teria a finalidade principal de “mobilizar potenciais aderentes e constituintes, angariar o apoio de espectadores e desmobilizar antagonistas” para que a causa LGBTI se tornasse compreensível por parte dos movimentos sociais transnacionais, trazendo a atenção de diversos atores que compartilham dos mesmos valores e entendimentos sobre esse movimento (NAGAMINE, 2014: 277). Essas ações em redes transnacionais, trazem novas ideias, normas e discursos para diversos debates políticos e servem como fontes de informação sobre a causa LGBTI em Uganda (KECK e SIKKINK, 1999).

As redes transnacionais de *advocacy* foram e ainda são extremamente importantes para o ativismo LGBTI de Uganda, dado que são essas redes que influenciam o real cumprimento dos objetivos dos movimentos sociais. Por isso, o impacto dessas redes pode ser percebido de diversas formas, como por exemplo: (1) na criação de uma agenda para problemas e assuntos que ainda não são deliberados internacionalmente ou publicamente; (2) na influência das redes com relação às posições discursivas dos Estados e Organizações Internacionais, a partir das declarações que os governantes se comprometeram com a causa LGBTI; (3) na mudança de procedimentos institucionais, que podem afetar as políticas públicas LGBTIs futuras; (4) na mudança de políticas e (5) essas redes transnacionais podem influenciar o comportamento estatal com relação às pessoas homotranssexuais (KECK e SIKKINK *apud* NAGAMINE, 2014).

Não obstante, para que as redes realmente se tornassem eficazes, elas precisariam ser densas, englobando atores tanto de Uganda, como também de países que possuem maiores recursos institucionais, uma vez que esses atores precisam apresentar alguma vulnerabilidade, tanto material como moral (NAGAMINE, 2014). Devido a isso, as redes transnacionais de Uganda tiveram certo sucesso em suas ações, já que a vulnerabilidade podia e ainda pode ser percebida a partir de abusos físicos com relação a certos indivíduos, como é o caso das pessoas e ativistas LGBTIs e a partir da desigualdade de oportunidades que essas pessoas têm perante a lei (KECK e SIKKINK, 1999). Ademais, o movimento transnacional LGBTI ugandense conseguiu, também, construir *frames* e mobilizou diversas outras redes que lutam contra a discriminação e violações de direitos humanos em Uganda e em outros países.

Com a introdução da “lei anti gays” no parlamento ugandense, as redes transnacionais de Uganda ganharam mais visibilidade, devido à grande repercussão internacional que a lei gerou. Durante aquele período, o presidente dos Estados Unidos, Barack Obama, foi cobrado pelas promessas feitas durante sua campanha eleitoral com relação ao movimento LGBTI e o ministro de Estado do Reino Unido para a África, também chegou a falar para os países da Commonwealth pressionarem Uganda para que o projeto de lei fosse retirado do parlamento ugandense (NAGAMINE, 2014).

Apesar disso, com o aumento do movimento pró-LGBTI em Uganda, imediatamente se percebeu o crescimento do movimento anti-LGBTI, por parte das igrejas e líderes religiosos. Coalizões foram formadas, entre as instituições religiosas, o governo e a mídia, com o intuito de promover a aprovação da lei proposta por David Bahati e acabar com o que

chamam de imoralidade sexual no país. Os líderes religiosos incentivavam, nos cultos religiosos e em programas de televisão e rádio, que os fiéis “matassem os homossexuais” que encontrassem pelas ruas de Kampala, acarretando no aumento da perseguição de diversos ativistas LGBTIs (WILLIAMS, 2013). O caso de David Kato da organização SMUG, que foi perseguido e morto por duas marteladas ilustra bem o aumento da homotransfobia em Uganda, uma vez que a polícia de Uganda negou que o crime teria relação com sua identidade sexual e se mostrou omissa e negligente com relação às investigações (NAGAMINE, 2014).

Diversos canais de mídias repercutiram o caso a nível global, atribuindo a morte do ativista à sua identidade sexual e a seu ativismo na rede SMUG. Isso gerou um aumento da repressão do governo com relação aos movimentos sociais LGBTIs em Uganda, o que gerou a saída de muitos ativistas do país para Inglaterra, Holanda e Estados Unidos, lugares onde eles continuaram suas militâncias para que a “lei anti gays” não fosse aprovada e começaram a pressionar organismos internacionais, como a ONU.

Consequentemente, a partir de 2010, as pautas do movimento LGBTI adentraram as discussões do Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas. Sendo assim, em 2011, o conselho preparou um relatório anual do Alto Comissariado da ONU para os Direitos Humanos (ACNUDH) sobre “Leis discriminatórias e atos de violência contra indivíduos, com base em sua orientação sexual e identidade de gênero”. No entanto, muitos países não reconhecem relatórios e resoluções que tratam sobre as violações de direitos humanos que têm como base a orientação sexual ou a identidade de gênero. Eles apresentam o discurso de que os direitos sexuais não devem estar sob a autoridade dos direitos humanos, por serem considerados assuntos privados e domésticos em que a soberania de cada estado seria responsável (O’FLAHERTY; FISHER, 2008).

Isso exemplifica bastante como que as dicotomias doméstico/internacional e público/privado, discutidas no primeiro capítulo, representam a ligação entre masculinidade e poder nos fóruns de discussões internacionais. É perceptível que os assuntos que são relacionados ao masculino, os quais seriam segurança e defesa, é que são discutidos internacionalmente, enquanto que os assuntos relacionados com o feminino, como direitos sexuais e reprodutivos, estariam a cargo dos Estados, com base no discurso da soberania nacional.

Entretanto, vale lembrar que, no caso de Uganda, assim como em muitos outros países com regimes autoritários, o discurso de que os direitos humanos são instrumentos para

países ocidentais imperialistas e organizações internacionais não respeitarem a soberania nacional, é apenas uma forma de os governos demonstrarem o poder, reforçarem a masculinidade e controlarem populações minoritárias, como mulheres e pessoas LGBTIs. Isso vale também para o discurso sobre o “imperialismo social” que é muitas vezes utilizado por Museveni e por outros líderes africanos, ao tratarem os direitos humanos como uma criação ocidental. Porém, a partir de uma análise sobre a criação dos direitos humanos, é possível perceber que o conceito da dignidade humana não foi criada no ocidente e sim a linguagem utilizada para determinar esses direitos (O’BYRNE, 2016).

Diante desse cenário, é possível destacar que, além da estratégia dos *frames*, o elemento da análise de discurso foi extremamente importante para as redes transnacionais de *advocacy* e para a prática dos direitos LGBTI’s em Uganda. Isso pode ser explicado pelo fato de diversas redes anti-LGBTI’s terem se apropriado do discurso das instituições evangélicas, para poderem barrar os direitos das minorias sexuais e de gênero e, pelo fato de as pessoas homotranssexuais, a partir de um discurso utilizado pelas redes anti-LGBTI’s, não estarem contempladas pelo rol de direitos humanos existentes, por estarem “à margem da construção social do humano” (NAGAMINE, 2014: 296). Sendo assim, a análise desses discursos, a partir da noção de um repertório ou de criações culturais aprendidas, teriam a finalidade de constranger os atores e demonstrar a desigualdade de poder existente entre eles (NAGAMINE, 2014).

Para finalizar, é importante ressaltar que, apesar de a corte constitucional de Uganda ter anulado a “lei anti gays” em agosto de 2014, com a alegação de que a lei teria passado pelo parlamento sem o quórum exigido, a perseguição e a homotransfobia ainda continua e se faz presente na sociedade ugandense, uma vez que as seções 145 e 146 do código penal, sobre crimes “não naturais”, ainda está em vigor. Mesmo essas seções indo contra diversos direitos já estabelecidos pela constituição, como o direito a não discriminação e direito a privacidade, a corte constitucional de Uganda nunca emitiu nenhuma decisão tornando esses artigos inconstitucionais. Portanto, as ações das redes transnacionais de *advocacy* e dos movimentos sociais LGBTI’s de Uganda, ainda são extremamente importantes para que essa população consiga ter cada vez mais seus direitos garantidos.

4.3 CINCO ESTRATÉGIAS QUE AS ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS DEVEM SEGUIR PARA QUE OS DIREITOS HUMANOS DAS PESSOAS LGBTI'S SEJAM GARANTIDOS:

Várias foram as falhas na proteção dos direitos da população LGBTI, por parte de diversas instituições e mecanismos de proteção de Direitos Humanos. A comunidade internacional não tem conseguido criar normas internacionais que proíbem a criminalização da homossexualidade e transsexualidade. Mesmo havendo vários esforços para que essas normas fossem criadas e adotadas pelos países, muitos governos ainda não as reconhecem, como foi discutido no tópico anterior. Havendo essa ausência de um tratado global, mecanismos ad hoc de proteção dos direitos LGBTI tem tido sucesso, mesmo que pequeno, em frear algumas leis ou ações de coação contra essa população em alguns países, no entanto, o cenário que encontramos para a maioria das pessoas LGBTIs no mundo é de extrema violência e discriminação (ENGLANDER, 2011).

Diante disso, é necessário que as organizações internacionais reavaliem suas estratégias de ação com relação às políticas voltadas para os Direitos Humanos das pessoas LGBTI's, para que as questões dessa população vulnerável entre na agenda internacional e assim, os Estados se comprometam e entendam a importância das reivindicações de Lesbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais e Intersex. Para isso, seguem cinco estratégias, que as organizações internacionais devem seguir, para terem sucesso com relação a essa pauta no cenário internacional:

- 1) Trazer a filosofia do Ubuntu como uma base sólida para realização dos direitos humanos LGBTI's na África:

A filosofia do Ubuntu, como explicado no capítulo 2, é conhecida como “Humanismo Africano” e sustenta a interligação dos seres humanos além das diferenças, tais como raça, etnia, gênero, religião ou orientação sexual. Ademais, o Ubuntu reconhece a importância da individualidade e da identidade independente, ou seja, ela prega pelo respeito pelas identidades individuais, mesmo que elas sejam diferentes das identidades normativas. Por isso, essa filosofia, por ser bastante tolerante e inclusiva, não se sente a vontade com a existência de leis que criminalizam atos sexuais ou afetivos entre adultos e expressões de gêneros não normativos (SMUG, 2014).

Por conseguinte, o papel principal do Ubuntu seria lutar contra a influência da intolerância herdada dos períodos coloniais em muitos países africanos e principalmente, restaurar a tradição africana antiga da diversidade e respeito. Como muitos países e líderes africanos utilizam o discurso de que os direitos humanos é uma criação ocidental, a utilização do Ubuntu como uma base sólida para a realização dos direitos LGBTI's, seria uma estratégia para que a linguagem dos direitos humanos saia diretamente das antigas tradições desses países e não de países ocidentais (TAMALE *apud* SMUG, 2014).

Além disso, de acordo com os discursos coloniais, a sexualidade era tida apenas como um meio para procriação e o casamento seria uma instituição política que regula a fertilidade e o desejo. No entanto, de acordo com essa filosofia africana, o foco central de um relacionamento seria a afinidade, sendo assim, muitos casamentos em diversas sociedades africanas podiam ser poligâmicos e entre pessoas do mesmo gênero (ZYL, 2011). Ou seja, essa filosofia poderia ser utilizada, pelas organizações internacionais e pelos Estados, como base para entender que a homotranssexualidade não é uma invenção ocidental e que ela sempre existiu em praticamente todas as culturas, porém, com significados e linguagens diferentes.

- 2) Trazer a teoria de gênero para as relações internacionais e pensar além das identidades políticas liberais:

No final dos anos 1990 a ONG Anistia Internacional foi a primeira organização internacional a relatar sobre as violações de direitos humanos baseadas na orientação sexual. Posteriormente, as Nações Unidas desenvolveu diversas declarações sobre os direitos LGBTI's como a resolução de 2011 do Conselho de Direitos Humanos sobre Direitos Humanos, Orientação Sexual e Identidade de Gênero. No entanto, o mais importante passo para os direitos LGBTI's a nível internacional, foi a adoção dos Princípios de Yogyakarta, que são orientações que almejavam endereçar quais são as demandas e os direitos da população LGBTI. Muitos desses direitos já são considerados Direitos Humanos gerais, mas que foram adaptados para o contexto da orientação sexual e identidade de gênero.

Apesar disso, os princípios de Yogyakarta, assim como outras declarações sobre direitos LGBTI's, invocaram as categorias de orientação sexual e identidade de gênero como um fenômeno universal, para todas as pessoas homotranssexuais, enquanto que a teoria Queer nesse momento estava desafiando a compreensão de identidade como transcultural e linear, apontando que a sexualidade e o gênero podem ter diferentes significados em diferentes sociedade, em períodos diferentes (GROSS, 2013). Sendo assim, além da universalidade

sobre as identidades sexuais e de gênero, os princípios de Yogyakarta também assumiu uma universalidade de direitos, enquanto que, é necessário analisar os contextos culturais nos quais as reivindicações ou violações de direitos LGBTI's acontecem (GROSS, 2013).

A partir disso, a universalização dos direitos e das identidades LGBTI's leva a formação de supostas categorias aceitas como unitárias e coerentes, enquanto que as críticas desse modelo liberal argumentam que é necessário adicionar um entendimento *queer* e uma perspectiva performativa no discurso sobre os direitos LGBTI's como direitos humanos internacionais. Essas críticas abordam que o desenvolvimento de um direito internacional LGBTI precisa abordar a necessidade de novas percepções, para que as noções de identidades sexuais e de gênero como binárias, unitárias e coerentes sejam subvertidas e deslocadas do padrão heteronormativo que o discurso liberal dos direitos humanos apresenta.

De acordo com a análise feita pela teoria Queer de Judith Butler e pelos estudos culturais de Stuart Hall, a estrutura do modelo liberal de identidades mantém fronteiras e hierarquias entre as pessoas, existindo uma homogeneização das identidades e das nacionalidades. No entanto, as identidades políticas atualmente estão desconstruindo categorias e cruzando fronteiras identitárias nacionais, étnicas, raciais, sexuais e de gênero, não existindo, portanto, uma identidade fixa (GROSS, 2013).

Ademais, as categorias binárias hierárquicas de gênero e sexualidade, como por exemplo: homem/mulher e heterossexual/homossexual, são partes do problema estrutural da sociedade ocidental onde todas as pessoas são obrigadas a ter um gênero e uma orientação sexual (GROSS, 2014). Por isso, os princípios de Yogyakarta, a partir de suas definições amplas e homogêneas, está limitado ao modelo de gênero e sexualidade binário, não tendo uma visão aberta para que esse modelo seja transgredido.

Se analisarmos a partir da visão de Butler, esse modelo binário, com uma divisão em dois gêneros e duas orientações sexuais, faz parte da instituição da heterossexualidade compulsória, que requer um sistema de gênero binário, polarizado e hierárquico para que o patriarcado e a heterossexualidade seja dominante (GROSS, 2014). Sendo assim, se considerarmos que as categorias de gênero e sexualidade deveriam ser emancipatórias, a partir da subjetividade de cada indivíduo, os direitos dessas pessoas também seriam diferentes para cada indivíduo.

Por isso, as políticas *queers* e de gênero atuais sugerem que a globalização permitiu o surgimento de “sexualidades fluídas” e identidades móveis, havendo a interseccionalidade entre categorias como raça, etnia, nacionalidade, território e de gênero (JESUS, 2014). Isso significa que além do reconhecimento das identidades LGBTI’s no cenário internacional, é necessário também a sua desconstrução. Como por exemplo, o reconhecimento da possibilidade de identidades de gênero que vão além dos modelos binários homem/mulher.

Portanto, o desafio das organizações internacionais e da proteção internacional dos Direitos Humanos LGBTI’s é questionar os discursos hierárquicos do sistema sexo/gênero, provenientes do direito, da medicina e da psicologia, de acordo com Foucault e que “normalizam corpos e práticas, reproduzindo privilégios e exclusões” (PELÚCIO, 2012 : 410). Para isso, é preciso pensar além das políticas identitárias liberais e considerar que as perspectivas *queer* sobre sexo e gênero são necessárias para que as estruturas hierárquicas e binárias restritivas se transcendam (GROSS, 2014 : 130).

- 3) Trazer as pessoas LGBTI’s de lugares periféricos para as esferas de decisão de políticas:

Para que essas estruturas binárias de gênero e sexualidade sejam contestadas e desafiadas e assim haver uma proteção internacional dos Direitos Humanos de LGBTI’s que não siga um modelo heteronormativo, liberal e de homogeneização das identidades sexuais e de gênero, é preciso trazer essas pessoas subalternas para as esferas de decisão, ou seja, pessoas LGBTI’s de países marginalizados onde a opressão e a violência é constante. Isso irá tornar os ambientes regularmente homogeneizados e higienizados em ambientes diversos, onde as pessoas irão se perceber diferentes e refletir sobre a diferença (PELÚCIO, 2012).

Essa estratégia está baseada na busca por um outra forma de refletir sobre as subjetividades marcadas pela depreciação de sua cor, de sua língua, de sua religião, orientação sexual e/ou identidade de gênero (PELÚCIO, 2012 : 399). Todas essas marcas de opressão são muito visíveis e mais intensas em países periféricos que estiveram sob dominação colonial. Por isso, essas pessoas periféricas, das camadas subalternas e não heteronormativas precisam estar presentes nos locais hegemônicos onde as políticas para pessoas LGBTI’s são elaboradas, para que elas possam participar dos processos de criação de relatórios e normas.

- 4) Apoiar ativistas, acadêmicos e as redes transnacionais que lutam por direitos LGBTI's, principalmente nos países africanos, asiáticos e latino-americanos:

Além de dar voz para pessoas que foram silenciadas pelos poderes coloniais, a partir da regulação dos corpos e das atividades sexuais, é preciso que exista um esforço em construir uma nova gramática, uma nova epistemologia, com saberes subalternos. Ou seja, novas referências além daquelas “que aprendemos a ver como verdadeiras e únicas de serem dignas de serem aprendidas e respeitadas” (PELÚCIO, 2012), que são em sua maioria masculinas, eurocêtricas, brancas, heterossexuais e cisgêneras .

A teoria *quer*, assim como os estudos pós-coloniais, enfrenta essa epistemologia hegemônica que se utiliza de categorias analíticas eurocêtricas naturalizadoras e essencializadoras. Por isso, processo de descolonização das mentes, da ciência e da cultura em geral, é extremamente importante para que a despatologização e a redução da desigualdade entre as identidades ocorra (PELÚCIO, 2012).

Atualmente, a maior parte das pesquisas sobre gênero e sexualidade são provenientes de países ocidentais desenvolvidos, ou seja, países africanos, asiáticos e latino-americanos são apenas informados sobre os desdobramentos acadêmicos (KAOMA, 2009) . No entanto, é preciso que os estudos sobre a homotranssexualidade sejam feitas pelos próprios sujeitos subalternos, em seus respectivos países, para que concepções erradas, como por exemplo o discurso de que a homotranssexualidade é uma invenção ocidental, utilizada por alguns líderes africanos, possam ser debatidas e corrigidas pelos próprios cidadãos. O mesmo vale para ativistas e redes transnacionais que lutam pelo fim a opressão e discriminação contra pessoas LGBTI's em países com altos índices de violência.

As organizações internacionais devem ter o papel de apoiar esses ativistas, essas redes e acadêmicos de países periféricos, para que os saberes e as demandas sejam levantadas e pesquisadas pelos próprios sujeitos subalternos. Essa estratégia gera uma maior legitimidade para desconstruir os discursos provenientes de redes anti-LGBTI's e instituições políticas e religiosas LGBTfóbicas.

- 5) Tomar medidas contra instituições religiosas conservadoras de países desenvolvidos que financiam a homotransfobia em países periféricos:

Como o aumento da homotransfobia em muitos países periféricos, principalmente africanos, está diretamente relacionado com o financiamento de instituições religiosas conservadoras, é importante que as organizações internacionais tomem medidas para que essas igrejas e líderes religiosos não influenciem a sociedade dos países alvos, caso o objetivo seja acabar com homotransexualidade e a “imoralidade sexual”.

Como já foi observado no capítulo 2, os conservadores evangélicos americanos aumentaram sua visibilidade em países Africanos que se definem como cristãos, como é o caso de Uganda. Várias dessas igrejas utilizam do evangelicalismo para promover agendas anti-LGBTI's e enganarem os líderes africanos, levando-os a acreditar que a homotransexualidade não é uma pauta de Direitos Humanos e não deve ser pautada no cenário internacional (KAOMA, 2009)

A exposição das organizações evangélicas que financiam a homotransfobia em diversos países, principalmente as americanas, ainda não foi feita publicamente, de modo que a população acredita que essas igrejas vão para países periféricos levando assistência social e humanitária, uma vez que quando as pessoas doam dinheiro às igrejas, elas apenas vêm rostos de crianças africanas que necessitam de ajuda (WILLIAMS, 2013). Porém, o que a maioria não sabe é que essas instituições promovem e encorajam a violência contra pessoas LGBTI's, alimentando uma ideologia perigosa com o dinheiro de pessoas que doam pela fé, mas que na realidade está sendo usado para destruir vidas de pessoas em várias partes da África e em outros países periféricos. Sendo assim, é necessário que organizações internacionais promovam a exposição pública de líderes e instituições religiosas conservadores que incentivam a intolerância e discriminação contra essa população nesses países onde a homotransfobia é generalizada.

5 CONCLUSÕES

A presente pesquisa versou a respeito dos discursos contruídos em torno do gênero e da sexualidade, que apresentam como objetivo controlar os corpos, o sexo e o desejo das pessoas. Esses discursos ditos como “verdadeiros”, na visão de Foucault, levou à repressão sexual e consequentemente gerou a criminalização da homotransexualidade em diversos países, como Uganda.

Como foi visto no primeiro capítulo, esses discursos sobre a sexualidade e o gênero foram legitimados pelos saberes hegemônicos, como a medicina, a justiça penal, a psiquiatria e a psicologia, para que o Estado sobrevivesse no cenário internacional. Essas áreas de estudo foram responsáveis por regular o sexo e os comportamentos dos indivíduos de forma repressiva, através de leis e normas sociais, que teriam o objetivo de reforçar a ordem social e moral. Como consequência, o nacionalismo, gerado para promover a manutenção das nações, acabou reproduzindo privilégios masculinos, heterossexuais, cisgêneros, promovendo a naturalização da dominação masculina dentro dos Estados e um discurso opressor com relação às mulheres e pessoas LGBTI's.

Sendo assim, a dicotomia doméstico/internacional, baseada na dicotomia público/privado, é central para entender a forma que os debates sobre gênero e sexualidade são vistos como assuntos privados, ou seja, domésticos, enquanto que os debates que possuem discursos predominantemente masculinos, como segurança e defesa, são discutidos no âmbito público ou internacional. Essa rígida dicotomia, foi desenhada pela teoria liberal, para que a interferência nas esferas privadas tivesse uma justificativa. No entanto, é justamente a garantia de que o espaço privado ou doméstico necessita de privacidade que gera a manutenção da dominação masculina e bloqueia a proteção às pessoas mais vulneráveis dentro das relações de poder existentes.

No âmbito do cenário internacional, o dispositivo da soberania nacional seria a justificativa utilizada para manter as discussões e regulações de gênero e sexualidade no âmbito doméstico. No entanto, esse discurso, foi utilizado por diversos regimes autoritários para que as mulheres e a população LGBTI fossem excluídas dos processos de decisão, prevalecendo as necessidades dos Estados e do próprio governante.

A partir desse cenário, no final do século XX, novas estratégias epistemológicas

foram procuradas para explicar as regulações de gênero e sexualidade, para além da dicotomia público/privado. Ocorreu, de acordo com Hall (2006), uma fragmentação das paisagens culturais de classe, gênero, sexualidade, etnia, raça e nacionalidade, o que levou a uma fragmentação das identidades pessoais, tornando-as móveis. Sendo assim, um feminismo multicultural, formado por feministas, subalternas e provenientes de países periféricos, começou a surgir, possuindo uma forte crítica ao feminismo branco, heterossexual e cisgênero dos países desenvolvidos.

Portanto, a teoria Queer surgiu como uma nova epistemologia para que os estudos de gênero e sexualidade abarcassem as transformações do sujeito pós-moderno, as pessoas subalternas e as identidades sociais múltiplas e fragmentadas, com suas devidas interseccionalidades. Para isso, mostrou-se necessário que as fronteiras das identidades sexuais e de gênero fossem dissolvidas, para tornar possível e visível a oscilação de gênero e das múltiplas identidades, para que a norma heterossexual e cisgênera seja quebrada.

Além disso, a teoria Queer, a partir do método genealógico de Foucault, trouxe o gênero como uma categoria discursiva, para que as categorias de sexo, gênero e desejo fossem explicadas como efeitos das relações de poder, de instituições, práticas e discursos. Sendo assim, conclui-se que, de acordo com Butler, a heterossexualidade compulsória seria uma das principais instituições que definem a relação e a ordem compulsória do sexo/gênero/desejo, uma vez que ela gera uma estrutura binária de gêneros, como uma forma de tornar o sujeito inteligível. Ou seja, a heterossexualidade compulsória, regula o gênero, de forma que o masculino se diferencia do feminino através das práticas do desejo heterossexual.

Sobre a criminalização da homotransexualidade em Uganda é possível afirmar que as discussões teóricas e históricas sobre a regulação do gênero e da sexualidade são essenciais para analisar as normas e as punições sociais e legais criadas para reprimir as pessoas LGBTI's ugandenses. Por isso, é possível concluir que, de acordo com a análise feita no capítulo 2, a homotransexualidade sempre existiu em diversos lugares da África e de Uganda e que a homotransfobia, considerada uma construção ocidental, que foi levada para Uganda.

O ambiente de discriminação baseada na orientação sexual e identidade de gênero existente hoje em Uganda, tem raízes nas leis introduzidas pela administração colonial britânica, que tinham como objetivo controlar o que chamavam de “imoralidade sexual”. Os

artigos 145, 146 e 148 do código penal ugandense de 1950, provenientes das legislações coloniais britânicas, criminalizam crimes “não naturais”, ou seja, os atos sexuais entre pessoas do mesmo gênero e gêneros desviantes da norma social.

Todo esse histórico de colonização da sexualidade em Uganda tem sido reforçada por um recente influxo da retórica LGBTIfóbica por partes de cristãos evangélicos americanos, da direita conservadora. Esse cenário neocolonizador da sexualidade e dos corpos ugandenses, culminou na introdução da “lei anti gays” no Parlamento ugandense em 2009, pelo parlamentar David Bahati, como uma forma de aumentar a repressão e as penas para as pessoas LGBTI’s. As instituições religiosas e líderes religiosos norte-americanos tiveram enorme influência na preparação dessa lei, que chegou a ser promulgada pelo Presidente Museveni, mas que foi anulada em agosto de 2014, pela corte constitucional de Uganda.

A partir desse cenário, a LGBTIfobia se tornou generalizada e as consequências da criminalização da homotransexualidade em Uganda se mostraram bastante visíveis. Além de afetar as próprias pessoas LGBTI’s, como a perseguição por parte da população e do Estado, a perda de empregos e tortura, o impacto da criminalização também se fez perceber em todo o desenvolvimento socioeconômico de Uganda. Diversas empresas saíram do país, diversos países cortaram os empréstimos e doações e o controle da epidemia da AIDS ficou prejudicado.

Devido a isso, as ações das redes transnacionais de *advocacy* e dos movimentos LGBTI’s transnacionais, que surgiram em Uganda, foram extremamente importantes para que o a questão LGBTI em Uganda fosse levada para os fóruns mundiais e entrassem para a agenda da Proteção Internacional dos Direitos Humanos, por parte de diversos países e organizações internacionais. Atores não estatais e redes transnacionais da sociedade civil passaram a desempenhar um papel importante na promoção e proteção dos direitos humanos em arenas locais, regionais e internacionais. Esses atores trouxeram novos desafios para a agenda internacional, que passou de preocupações de segurança nacional localizadas para questões e natureza mais global, como meio ambiente, migração em massa e os direitos humanos das mulheres e LGBTI’s.

No entanto, mesmo havendo alguns relatórios das Nações Unidas sobre a discriminação baseada na orientação sexual e identidade de gênero e sobre leis

discriminatórias, além dos Princípios de Yogyakarta, os direitos LGBTI's ainda não são tidos como Direitos Humanos por diversos países e por isso não reconhecem esses documentos. Sendo assim, se fez necessário construir cinco principais estratégias para que as organizações internacionais consigam garantir os direitos humanos de pessoas LGBTI's

A primeira estratégia se refere à filosofia do Uuntu como uma base sólida para realizações dos direitos humanos LGBTI's na África, ou seja, o Ubuntu iria ajudar a trazer um outra linguagem africana para os direitos humanos, uma vez que eles são tido por muito países como uma criação ocidental. A segunda estratégia se baseia na utilização da teoria gênero por parte das organizações internacionais, como uma forma de pensar além das identidades políticas liberais, binárias, polarizadas e hierárquicas. A terceira e a quarta estratégia se referem à emancipação de pessoas LGBTI's subalternas e ao apoio que as organizações internacionais devem dar aos ativistas e acadêmicos LGBTI's de países periféricos, para que elas estejam nos locais de decisão política e pesquisem as relações de gênero e sexualidade nos seus próprios países. Por último, a quinta estratégia remete à exposição pública das instituições religiosas, principalmente norte-americanas, que influenciam e reforçam a LGBTIfobia em países periféricos.

Por fim, é importante ressaltar que, para além de descobrir os discursos sobre gênero e sexualidade que geraram a criminalização da homotransexualidade em Uganda, essa pesquisa é necessária para analisar a situação da comunidade LGBTI em diversos outros países, uma vez que mesmo que vários países não criminalizem a homotransexualidade, as violações dos direitos LGBTI's e os casos de violência são alarmantes em todo o mundo. Por isso, dar visibilidade para as questões LGBTI's e empoderar essa população precisa ser cada vez mais encorajado, para que o estigma e a discriminação contra essa população acabe.

REFÊRENCIAS

- AMNESTY INTERNATIONAL. Uganda: Anti-Homosexuality Bill is Inherently Discriminatory and Threatens Broader Human Rights. Amnesty International Publications: Londres, 2010.
- ANZALDÚA, Gloria. *Borderlands / La Frontera: The New Mestiza*. San Francisco: Aunt Lute Books, 1987. 260 p.
- ARENDT, Hannah. *A Condição Humana*. 10 ed. Editora Forense Universitária: Rio de Janeiro, 2007.
- ASHLEY, R. *Untying the Sovereign State: A Double Reading of the Anarchy Problematique*. Millennium: Journal of International Studies, v. 17, n.2, p.227-262, 1988.
- ASSIS, Mariana Prandini Fraga. Uma apreciação feminista da teoria arendtiana. *Revista dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC*. V.3, N.1. P. 1-17. 2006.
- AWONDO, Patrick; GESCHIERE Peter; REID, Graeme. Homophobic Africa? Toward a More Nuanced View. *African Studies Review*, Vol. 55, No. 3, 2012, pp. 145-68.
- BAHATI, David. The Anti-Homosexuality Bill, 2009. *Bills Supplement*, n. 13, Sept. 25. 2009.
- BEAUVOIR, Simone de. *O Segundo Sexo: Fatos e Mitos*. 4. ed. Difusão Européia do Livro: São Paulo, 1970.
- _____. *O segundo sexo: A experiência vivida*. 2. Ed. Difusão Européia do Livro: São Paulo, 1967.
- BENTO, Berenice. *A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual*, 2006.
- BIROLI, Flávia. O Público e o Privado. In: MIGUEL, Luís Felipe; BIROLI, Flávia. *Feminismo e Política: Uma Introdução*. 1 ed. Editora Boitempo: São Paulo, 2014.
- BOAS, Franz. As limitações do método comparativo em Antropologia. In: Boas, Franz. *Antropologia Cultural*. Org. Celso Castro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.
- BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.
- BRAGANÇA, Danilo Avellar. A Teoria Pós-moderna das Relações Internacionais: Uma Discussão. 2013. Disponível em: <http://www.semecip.ufscar.br/wp-content/uploads/2014/12/A-Teoria-P%C3%B3s-Moderna-das-Rela%C3%A7%C3%B5es-Internacionais-uma-discuss%C3%A3o.pdf>. Acesso em abril de 2015.
- BUTLER, Judith. *Bodies that matter, on the discursive limits of "sex"*. New York. 1993
- _____. *El género en disputa: El feminismo y la subversión de la identidad*. Barcelona: Ediciones Paidós Ibérica, 2007.

_____. *Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade*. Tradução Renato Aguiar. 8 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015

_____. Regulaciones de Género. La Ventana, No. 23, 2005.

_____. Regulações de Gênero. Cadernos Pagu (42), p.249-274, jan-jun, 2014.

_____. *Undoing gender*. Routledge: New York, 2004

COMMITTEE ON HOMOSEXUAL OFFENCES AND PROSTITUTION. *Report of the Committee on Homosexual Offences and Prostitution*. London, 1957. Disponível em: <http://www.williamapercy.com/wiki/images/Wolfenden.pdf>. Acesso em 19 de maio de 2016.

CORRÊA, Sonia; PETCHESKY, Rosalind. Direitos Sexuais e Reprodutivos: Uma Perspectiva Feminista. *Physis: Revista Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 6, p.147-177, 1996.

COSTA, Claudia de Lima; ÁVILA, Eliana. Gloria Anzaldúa, a consciência mestiça e o "feminismo da diferença". *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 13, n. 3, set-dez. 2005.

CHATTERJEE, Partha. *The Nation and Its Fragments: Colonial and Postcolonial Histories*. 1993.

CROUCHER, Sheila. South Africa's Democratisation and the Politics of Gay Liberation. *Journal of Southern African Studies*. Vol. 28, No. 2, P. 315-330, jun. 2002. Disponível em: http://www.jstor.org/stable/823387?seq=1#page_scan_tab_contents. Acesso em 18 de maio de 2016.

CURRIER, Ashley McAllister. *The Visibility of Sexual Minority Movement Organizations in Namibia and South Africa*. University of Pittsburg. 2007, pp. 01-60.

DE LAURETTIS, Teresa. *A Tecnologia do Gênero*. Indiana University. P. 1-30. 1987.

DLAMINI, Busangokwakhe. Homosexuality in the African context. *Agenda: Empowering women for gender equity*, 20:67, P. 128-136, 2006.

ENGLANDER, Daniel. Protecting the Human Rights of LGBT People in Uganda in the Wake of Uganda's "Anti Homosexuality Bil, 2009". *Emory International Law Review*, Vol. 25, 2011.

FOUCAULT, Michel. *A Arqueologia do Saber*. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. 7 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008

_____. *A Ordem do Discurso*. São Paulo: Edições Loyola. 1999

_____. História da sexualidade I: A vontade de saber, tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1988

_____. *Microfísica do Poder*. 1979

_____. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*; tradução de Raquel Ramalhete. Petrópolis, Vozes, 288p, 1987.

GONZALES, Rodrigo Stumpf. O Método Comparativo e a Ciência Política. *Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas*, Vol. 2, Nº 1, Janeiro-Junho, 2008.

GROSS, Aeyal. Post/Colonial Queer Globalisation and International Human Rights: Images of LGBT Rights. *Jindal Global Law Review*. Vol. 4, nov, 2013.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*, DP&A Editora, 1ª edição em 1992, Rio de Janeiro, 11ª edição, 102 páginas, 2006.

_____. *Representation: Cultural Representations and Signifying Practices*. The Open University. Milton Keynes. 1997.

HAN, Enze; O'MAHONEY, Joseph. British Colonialism and the Criminalization of Homosexuality. *Cambridge Review of International Affairs*. 27:2, P. 268-288, 2014. Disponível em: <http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/09557571.2013.867298#.Vz0FoSMrK-U>. Acesso em 18 de maio de 2016.

HENNING, Carlos Eduardo. Gênero, Sexo e as Negações do Biologicismo: Comentários sobre o percurso da categoria gênero. *Revista Ártemis*, v. 8, p.57-67, jun. 2008.

HOAD, N. *African Intimacies: Race, Homosexuality and Globalization*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2007.

HUMAN RIGHTS WATCH. This alien legacy: The origins of "sodomy" laws in British colonialism. In: LENNOX, Corinne; WAITES, Matthew (Ed.). *Human Rights, Sexual Orientation and Gender Identity in the Commonwealth: Struggles for Decriminalization*. Londres: School Of Advanced Study, Cap. 3. p. 83-123, 2013.

_____. Uganda: Anti-Homosexuality Act's Heavy Toll. 2014. Disponível em: <https://www.hrw.org/news/2014/05/14/uganda-anti-homosexuality-acts-heavy-toll>. Acesso em 18 de maio de 2016.

ILGA. *State-Sponsored Homophobia - A World Survey of Laws: criminalization, protection and recognition of same-sex love* - Adaptado. ILGA, 10 ed. Maio de 2015. Disponível em: http://old.ilga.org/Statehomophobia/ILGA_State_Sponsored_Homophobia_2015.pdf. Acesso em 18 de maio de 2016.

_____. *State-Sponsored Homophobia - A World Survey of Sexual Orientation Laws: criminalization, protection and recognition*. ILGA, 11 ed. Maio de 2016. Disponível em: http://ilga.org/downloads/02_ILGA_State_Sponsored_Homophobia_2016_ENG_WEB_150516.pdf. Acesso em 18 de maio de 2016.

JESUS, Diego Santos Vieira de. O Mundo Fora do Armário: Teoria Queer e Relações Internacionais. *Revista Ártemis*. V. 17, N. 1. P. 41-50. 2014.

JJUUKO, Adrian. The incremental approach: Uganda's Struggle for the decriminalisation of homosexuality. In: LENNOX, Corinne; WAITES, Matthew (Ed.). *Human Rights, Sexual Orientation and Gender Identity in the Commonwealth: Struggles for Decriminalization*. Londres: School Of Advanced Study, 2013. Cap. 14. p. 381-408.

KAOMA, Kapya. *Gloalizing the Culture Wars: U.S. Conservatives, African Churches, & Homophobia*. *Political Research Associates*: Somerville, 2009.

KECK, M. E.; SIKKINK, K. *Activists beyond borders: advocacy networks in international politics*. Ithaca: Cornell University Press: Oxford, 1999.

_____. Transnational Advocacy Networks in International and Regional Politics. *Blackwell Publishers*. 1998.

KELLER, Reiner. Analysing Discourse: An Approach From the Sociology of Knowledge. *Forum: Qualitative Social Research*, v. 6, n. 3, set. 2005. Disponível em: <<http://www.qualitative-research.net/index.php/fqs/article/view/19>>. Acesso em: 18 maio 2016.

KOLLMAN, Kelly. Same-Sex Unions: The Globalization of an Idea. *International Studies Quarterly*, Vol. 51, No. 2, P. 329-357, 2007.

LAFER, Celso. A soberania e os direitos humanos. *Lua Nova*, 1995, no.35, p.137-148.

LASCALA, Maria Carolina Florentino. A relativização da soberania em prol dos direitos humanos. *Revista de Direitos Público*, Londrina, v. 6, n. 2, p.87-102, 2011.

LENNOX, Corinne; WAITES, Matthew. Human rights, Sexual orientation and Gender identity in the Commonwealth: From history and law to developing activism and transnational dialogues. In: LENNOX, Corinne; WAITES, Matthew (Ed.). *Human Rights, Sexual Orientation and Gender Identity in the Commonwealth: Struggles for Decriminalization*. Londres: School Of Advanced Study, 2013. Cap. 1. p. 1-59.

LOURO, Guacira Lopes. *Gênero, Sexualidade e Educação. Uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis, RJ : Vozes, 1997.

_____. *O Corpo Educado: Pedagogias da Sexualidade*. Autêntica. Belo Horizonte, 2000.

LUKOW, Meredith. *Opportunity and Repression: LGBT Activism in an African Context*. University Honors. 2012

MACHARIA, Keguro. Queering African Studies. *Criticism*: Maryland, Vol. 51, No 1, 2009 Disponível em: <http://digitalcommons.wayne.edu/criticism/vol51/iss1/7>. Acesso em 18 de maio de 2016.

MATHURAY, Mark. On the (African) National Question: Sexuality and Tradition. Queering Development Seminar Series, Institute of Development Studies, 2000. Disponível em: http://www2.law.columbia.edu/faculty_franke/FTW2009/mathury.pdf. Acesso em 18 de maio de 2016.

MARKS, Suzanne M. Global Recognition of Human Rights for Lesbian, Gay, Bisexual, and Transgender People. *Health and Human Rights*. Vol. 9, No.1, P. 33- 42, 2006. Disponível em: http://www.jstor.org/stable/4065388?origin=JSTOR-pdf&seq=1#page_scan_tab_contents. Acesso em 18 de maio de 2016.

MARSHALL, B.K. *Teaching the postmodern: Fiction and Theory*. Routledge. New York. 1992.

MARTINS, Carla. Arendt: Uma Perspectiva Feminina do Espaço Público?. 2005, Lisboa. Livro de Actas. Lisboa, P. 701 – 711, 2005.

MC'CLINTOCK, Anne. *Imperial Leather: Race, Gender and Sexuality in the Colonial Contest*. Routledge: Nova York, Londres, 1995.

MERITUS, Julie. From Legal Transplants to Transformative Justice: Human Rights and the Promise of Transnational Civil Society. *American University International Law Review*, No 5, P. 1335-1389, 1999.

MEZZOFIORE, Gianluca. Christian Evangelical Family Network Behind Anti-Gay Bill in Uganda. *International Business Times*. 2012. Disponível em: <http://www.ibtimes.co.uk/kato-uganda-gay-lgbt-bill-295106>. Acesso em 18 de maio de 2016.

MIGUEL, Luís Felipe; BIROLI, Flávia. *Feminismo e Política: Uma Introdução*. 1 ed. Editora Boitempo: São Paulo, 2014.

MISKOLCI, Richard. A Teoria Queer e a Sociologia: O Desafio de uma Analítica da Normalização. *Sociologia*, Porto Alegre, n. 21, p.150-182, jan-jun. 2009.

MONTE, Izadora Xavier. *Gênero e Relações Internacionais – Uma Crítica ao Discurso Tradicional de Segurança*. Dissertação apresentada para obtenção do grau de mestre em Relações Internacionais, IREL. Universidade de Brasília: Brasília, 2010.

MOORE, Gregory J. *Research Methods for International Relations Studies: Assembling an Effective Toolkit*. Peking University Press, Chicago, 2007.

NAGAMINE, Renata Reverendo Vidal K. Os Direitos de Pessoas LGBTI em Uganda: Redes Transnacionais de Advocacy e a Lei Anti-Homossexualidade. *Lua Nova*: São Paulo, 92, P. 273-302, 2014.

NELL, Marian; SHAPIRO, Janet. Resilience Amidst Adversity: Being gay and African in the new century. 2013.

O'BYRNE, Darren J. *Human Rights in a globalizing world*. Palgrave: Londres, 2016.

O'FLAHERTY, Michael. FISHER, John. Sexual Orientation, Gender Identity and International Human Rights Law: Contextualising the Yogyakarta Principles. *Human Rights Law Review*, Oxford University, P. 207-248, 2008.

OKIN, Susan Moller. Gênero, o público e o privado. *Revista Estudos Feministas*. V.16, N.2. Florianópolis. 2008.

ORAM. Country of Origin Report: Sexual and Gender Minorities Uganda. ORAM: San Francisco, oct. 2014.

PALAZZANI, L. *From Gender to Queer*. Gender in Philosophy and Law. DOI: 10.1007/978-94-007-4991-7_2, 2012.

PATEMAN, Carole. *O Contrato Sexual*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

POLETTTO, Júlia e KREUTZ, Lúcio. Hall, Sutuart. A Identidade Cultural na pós-modernidade. *Conjectura*, Caxias do Sul, v. 19, nº 2, p. 1999-203, maio/ago 2014.

PELÚCIO, Larissa. Subalterno quem, cara pálida? Apontamento às margens sobre pós-colonialismos, feminismo e estudos queer. *Contemporânea*, v.2, n.2 p. 395-418. 2012.

PEREZ, Maurício Azevedo Hernandez. Hannah Arendt e a dicotomia entre o público e o privado. 2015. Disponível em: http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=647. Acesso em: 18 de maio 2016.

PERSAD, Xavier B. Lutchmie. Homosexuality and Death: A Legal Analysis of Uganda's Proposed Anti-Homosexuality Bill. *Florida A&M University Law Review*, Vol. 6, No 1, 2010. Disponível em: <http://commons.law.famu.edu/famulawreview/vol6/iss1/5>. Acesso em 18 de maio de 2016.

PRINCÍPIOS DE YOGYAKARTA. *Princípios sobre a aplicação da legislação internacional de direitos humanos em relação à orientação sexual e identidade de gênero*. 2007

RABINOW, Paul; Rose, Nikolas. O Conceito de Biopoder Hoje. *Política e Trabalho: Revista de Ciências Sociais*. No 24, P. 27-57, 2006.

RATELE, Kopano. Hegemonic African Masculinities and Men's Heterosexual Lives: Some Uses for Homophobia. *African Studies Review*, 57, P. 115-130, doi:10.1017/asr.2014.50, 2014. Disponível em: http://journals.cambridge.org/abstract_S000202061400050X. Acesso em 18 de maio de 2016.

REGAN, Tristan. Uganda's Anti Homosexuality Act 2014: A Perspective on the Developmental Consequences. 2014

REIS, Daniele Fernandes. Ideias Subversivas de Gênero em Beauvoir e Butler. *Sapere Aude*, Belo Horizonte, v. 4, n. 7, p.360-367, jan. 2013.

RESENDE, Erica. *A Crítica pós-moderna/pós-estruturalista nas relações internacionais*. Boa Vista: Editora da Universidade Federal de Roraima. 2011.

RIBEIRO, M.O. A sexualidade segundo Michel Foucault: uma contribuição para a enfermagem. *Rev. Esc. Enf. USP.*, v. 33, n. 4, p. 358-63, dez. 1999.

SALIH, Sara. *Judith Butler e a Teoria Queer*. Tradução e Notas: Guacira Lopes Louro. 1 ed. Editora Autêntica: Belo Horizonte, 2015.

SAMPAIO, Liliana Lopes Pedral; COELHO, Maria Thereza Ávila Dantas. A Transexualidade na Atualidade: Discurso Científico, Político e Histórias de Vida. In: *Anais do III Seminário Internacional Enlaçando Sexualidade*. Salvador: UNEB, 2013.

SANTOS, Gustavo Gomes da Costa. Decriminalising homosexuality in Africa: Lessons from the South African experience. In: LENNOX, Corinne; WAITES, Matthew (Ed.). *Human Rights, Sexual Orientation and Gender Identity in the Commonwealth: Struggles for Decriminalization*. Londres: School Of Advanced Study, 2013. Cap. 11. p. 313-337.

SCAVONE, Lucila. Estudos de Gênero: Uma Sociologia Feminista. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, 16(1):288, 2008.

SCOTT, Joan. Gênero: Uma Categoria Útil para Análise Histórica. *Gender and the Politics of History*: Nova York, Columbia University Press, 1989. Tradução: Christine Dabat; Maria Betânia Ávila.

SEDGWICK, Eve Kosofsky. A Epistemologia do Armário. *Cadernos Pagu* (28), p. 19-54, Jan-Jun, 2007

SEMUGONA, Paul; BEYRER, Chris; BARAL, Stefan. Assessing the effects of anti-homosexuality legislation in Uganda on HIV prevention, treatment and care services. *Sahara-j: Journal of Social Aspects of HIV/AIDS*, Bh, v. 9, n. 3, p.173-176, 3 set. 2012. Disponível em: <http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/17290376.2012.744177>. Acesso em: 18 de maio 2016.

SMITH, David. Uganda anti-gay law declared ‘null and void’ by constitutional court. *The Guardian*. 2014. Disponível em: <http://www.theguardian.com/world/2014/aug/01/uganda-anti-gay-law-null-and-void>. Acesso em 18 de maio de 2016.

SMITH, Thomas W. *History and International Relations*. Routledge, New York and London, 1999.

SMUG. Expanded Criminalisation of Homosexuality in Uganda: A Flawed Narrative – Empirical evidence and strategic alternatives from an African perspective. SMUG, 2014.

SYLVESTER, Christine. *Feminist Theory and International Relations in Postmodern Era*. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.

TAMALE, Sylvia. *African Sexualities: A Reader*. Pambazuka Press: Cape Town, Dakar, Nairobi e Oxford, 2011.

_____. A Human Rights Impact Assessment of Ugandan Anti-homosexuality Bill 2009. The Equal Rights Review. V. 4, 2009.

THORESON, Ryan. Global Homophobia: States, Movements, and the Politics of Oppression. *Culture, Health and Sexuality: An International Journal for Research, Intervention and Care*. 17:5, P. 663-665, 2015.

TICKNER, A. Critique of Morgenthau’s Principles of Political Realism: A Feminist Reformulation. *Millennium: Journal of International Studies*, 1988. Disponível em

<https://wiki.zirve.edu.tr/sandbox/groups/economicsandadministrativesciences/wiki/bacb5/attachments/bfc19/7.pdf?sessionID=be1325d37a7c5f7b99f39de6da779933c272d74d>; Acesso em 18 de Maio de 2016.

_____. *Gender in Internacional Relations*. Columbia University Press, 1992.

UGANDA. *Anti-Homosexuality Act*. 2014. Disponível em: <http://wp.patheos.com.s3.amazonaws.com/blogs/warrenthrockmorton/files/2014/02/Anti-Homosexuality-Act-2014.pdf>. Acesso em 18 de maio de 2016.

_____. *The Penal Code Act*. 1950. Disponível em: <http://opm.go.ug/assets/media/resources/290/PENAL%20CODE%20ACT.pdf>. Acesso em 18 de maio de 2016.

UN. *Resolution 17/19*: Discriminatory Laws and practices and acts of violence against individuals based on their sexual orientation and gender identity. Disponível em: <http://www.refworld.org/docid/4ef092022.html>. Acesso em 18 de maio de 2016.

UN. *Resolution 27/32*: Discrimination and violence against individuals based on their sexual orientation and gender identity. 2015. Disponível em: <http://www.refworld.org/docid/5571577c4.html>. Acesso em 18 de maio de 2016.

UNAIDS. *Chegando a Zero*: Estratégia 2011-2015. Tradução e Revisão: Escritório do UNAIDS/ONUSIDA no Brasil. Brasília, 2010. Disponível em: http://www.unaids.org/sites/default/files/en/media/unaids/contentassets/documents/unaidspublication/2010/JC2034_UNAIDS_Strategy_pt.pdf. Acesso em 18 de maio de 2016.

WALKER. R.B.J. *Inside/Outside: International Relations as a Political Theory*. Cambridge: Cambridge University, Press, 1993

WARD, Kevin. Religious institutions and actors and religious attitudes to homosexual rights: South Africa and Uganda. In: LENNOX, Corinne; WAITES, Matthew (Ed.). *Human Rights, Sexual Orientation and Gender Identity in the Commonwealth: Struggles for Decriminalization*. Londres: School Of Advanced Study, 2013. Cap. 15. p. 409-427.

WALTZ, K. *O Homem, o Estado e a Guerra: uma análise teórica*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

WEBER, Cynthia. Why is there is no Queer International Theory?. *European Journal of International Relations*, 2014.

WEEKS, Jeffrey. O Corpo e a Sexualidade. In: LOURO, Guacira Lopes. *O Corpo Educado: Pedagogias da Sexualidade*. Autêntica. Belo Horizonte, P. 24-61. 2000.

WILLIAMS, Roger Ross. Gospel of Intolerance: U.S. Evangelicals Fund Uganda Antigay Movement. The New York Times. 2013. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=qcM6GI0TUMQ>. Acesso em 18 de maio de 2016.

YIN, Robert. *Estudo de caso. Planejamento e métodos*. Cap 1 e 2. 2005.

ZYL, Mikki van. Are Same-Sex Marriages UnAfrican? Same-Sex Relationships and Belonging in Post-Apartheid South Africa. *Journal of Social Issues*, Vol. 67, No. 2, pp. 335-357, 2011.